



Ministério da  
Ciência e Tecnologia



## NOTÍCIAS

Belém, 02 de março de 2010

Informe - Movimentos sociais debatem princípios e critérios de REDD

01/03/2010 - 08h03

Serão realizados seminários, em Manaus, Porto Velho e Belém

Debater os Princípios e Critérios de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) será a finalidade da realização de três seminários, em Manaus (AM), Porto Velho (RO) e Belém (PA). A iniciativa é do GTA – Grupo de Trabalho Amazônico, CNS – Conselho Nacional de Seringueiros e COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, com o apoio técnico do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflo) e Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam).

Os mecanismos de redução de emissões por desmatamento e degradação (REDD) têm conquistado um espaço central na discussão internacional sobre mudanças climáticas. Estudos sugerem que a emissão de gases de efeito estufa a partir de desmatamento represente algo entre 10 e 20% do total das emissões antrópicas mundiais. Este papel central nas discussões sobre mudanças climáticas tem aberto diversas oportunidades para a realização de ações de combate ao desmatamento, tanto na esfera governamental (federal e estadual) quanto na escala de projetos demonstrativos.

Entretanto, os mecanismos de governança para que estas oportunidades sejam traduzidas em reduções efetivas de desmatamento, benefícios à conservação da biodiversidade, benefícios sociais e respeito aos direitos das populações tradicionais, ainda não estão estabelecidos. Isso implica em uma situação de risco em que, tanto os projetos de carbono, como os programas governamentais, podem gerar impactos indesejáveis às populações tradicionais e à biodiversidade, e/ou não resultarem em reduções efetivas das taxas de desmatamento.

Neste contexto, um grupo multissetorial formado por representantes do movimento social, indígena, ambientalista e do setor privado se reuniu no final de 2009 para iniciar um processo de elaboração de Princípios e Critérios Socioambientais de REDD+. O objetivo desta iniciativa é desenvolver um documento que contenha os critérios mínimos necessários para que um projeto ou programa de REDD não resulte em impactos negativos socioambientais. Através de um processo incluyente de consulta pública aberta a toda a sociedade brasileira, espera-se que este documento reflita as preocupações de toda a sociedade civil em relação ao tema.

Os seminário se propõem a capacitar lideranças dos povos da floresta, incluindo índios, seringueiros, ribeirinhos e demais atores locais interessados em assuntos relacionados às mudanças climáticas e REDD, no intuito de colher sugestões e recomendações que serão considerados na versão final dos Princípios e Critérios Socioambientais de REDD+. Para a sua realização o GTA, o CNS e a COIAB receberam apoio da Packard.

Confira as datas e locais dos seminários:

Seminário em Manaus - AM  
Dias 3 a 5 de março de 2010  
Local – Centro de Treinamento Maromba  
Rua da Maromba, S/Nº - Chapada – Manaus – AM

Seminário em Porto Velho – RO  
Dias 30 e 31/3 e ¼

Seminário em Belém – PA  
Dias 14 a 16/4

(Envolverde/Pauta Social)

Envolverde, 2/3/2010.

## Informe - Curso de Biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados: Saúde Humana e Ambiental

Aulas serão ministradas em Fortaleza (CE), no mês de abril

O curso, a ser executado na Universidade Federal do Ceará (UFC), em parceria com Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fiocruz e com financiamento do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), visa capacitar, em uma linha pedagógica interdisciplinar, recursos humanos em biossegurança de organismos geneticamente modificados, com ênfase nas questões da saúde humana e do meio-ambiente.

Com foco em professores universitários e alunos de pós-graduação que desenvolvam estudos nessa temática, além de profissionais que atuam em vigilância sanitária, pesquisa, produção, órgãos de defesa do consumidor e ONGs, o curso ofertará 25 vagas, com carga de 40 horas.

As aulas acontecerão no período de 5 a 9 de abril. O conteúdo programático é composto por um leque de temas que possibilitarão aos participantes uma visão abrangente e atual dessa questão, podendo propiciar impactos significativos na geração de competências e produção de conhecimento na área.

Os interessados podem fazer a inscrição até 15 de março. Informações pelo e-mail [bioseg.ogm@hotmail.com](mailto:bioseg.ogm@hotmail.com) ou no site [www.ffoe.ufc.br](http://www.ffoe.ufc.br)

Jornal da Ciência, 2/3/2010.

Informes - Carajás é foco em ciclo de palestras sobre saúde

Terça-feira, 2/3/2010, 9h21

O Instituto Evandro Chagas (IEC) apresenta de hoje até amanhã, em um ciclo de palestras, os resultados obtidos com o estudo que realiza na região das minas de Carajás. Na ocasião, pesquisadores das diversas seções científicas do IEC divulgarão temas importantes para o conhecimento da saúde daquela área, que abrange os municípios de Parauapebas, Canaã dos Carajás e Marabá. O 'IV Seminário sobre a situação da saúde no Complexo Carajás, Parauapebas – PA' será realizado no auditório do bloco central do campus IEC/Ananindeua, a partir de 8h30, com entrada franca.

Para a diretora do IEC, doutora Elisabeth Santos, o evento é uma oportunidade para a sociedade conhecer as peculiaridades da saúde em uma área da Amazônia ainda em processo de descoberta. "O estudo que se está realizando lá tem sido importantíssimo para entendermos a situação da saúde naquela área. As observações que a Dra. Gilberta (Bensabath – coordenadora do estudo) tem feito, nos deixam um conhecimento sólido que gostaríamos muito de poder estender para outras regiões".

A pesquisa do IEC é uma parceria com a Vale e Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia (Fidesa). Hoje, o evento acontece de 8h30 às 13h30 e amanhã, de 8h30 às 16h30.

Portal Diário do Pará, Pará, 2/3/2010.

Informes - UFRN abre inscrições para doutorado em ciências climáticas

2/3/2010 - 8h30

Estão abertas as inscrições para o primeiro curso de doutorado em Ciências Climáticas do Brasil, que será realizado no Rio Grande do Norte. O edital 36/2009 oferece duas vagas de professor para o curso de doutorado, sendo que uma delas é destinada para área de Oceanografia Física do Departamento de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

O prazo vai até o dia 12. As aulas serão na própria universidade. A iniciativa é uma parceria do Centro Regional do Nordeste (CRN), instituição vinculada ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe/MCT), com a UFRN.

O curso, com duração de quatro anos, tem ênfase em três temas: atmosfera oceânica, modelagem numérica e instrumentação oceanográfica. A coordenadora do Departamento de Políticas de Programas Climáticos do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Darly Silva, observa que o curso é aberto para qualquer profissional da área de ciências exatas. “Nosso objetivo é ter uma opção multidisciplinar para os profissionais brasileiros. Qualquer pessoa formada em física, química, biologia e outras áreas relacionadas podem fazer o curso. Precisamos de pessoal cada vez mais qualificado no mercado”, avalia.

Darly explica que o estado foi escolhido porque desenvolve pesquisas importantes e tem uma posição geográfica privilegiada. “Temos uma preocupação grande com a erosão costeira e com a desertificação que avança no estado. Além disso, a UFRN tem vocação para as questões de modelagem numérica, instrumentação oceanográfica e além disso o estado tem a primeira base de lançamento de foguetes do País”, lembra.

Para auxiliar nas pesquisas, o MCT liberou R\$ 4 milhões para auxiliar na construção de um laboratório de calibração de equipamentos de meteorologia e oceanografia.

O concurso público foi autorizado em outubro de 2009 pela Coordenação de Aperfeiçoamento em Nível Superior (Capes/MEC).

Veja edital aqui o edital: [http://www.prh.ufrn.br/conteudo/concursos/prof\\_efetivo.htm](http://www.prh.ufrn.br/conteudo/concursos/prof_efetivo.htm)

Agência C&T, 2/3/2010.

Informes - Programa Universidade da Terceira Idade abre inscrições

Os projetos de extensão da Uniterci acontecem durante o período letivo, que vai de março a dezembro

2/3/2010 - 00h59

Envelhecer com qualidade de vida e garantir o direito à cidadania dos idosos. Esses são apenas alguns dos muitos assuntos trabalhados pelo Programa Universidade na Terceira Idade (Uniterci), da Faculdade de Serviço Social da UFPA. O Programa promove, há 15 anos, a reintegração do idoso à sociedade, permitindo a troca de conhecimentos entre gerações e a produção de conhecimento científico sobre o envelhecimento. Para quem deseja ingressar na Uniterci, o Projeto Atualização Cultural está com inscrições abertas. Nos dias 03 e 04 de março, novos participantes poderão se inscrever no curso considerado pré-requisito para participar das demais ações desenvolvidas pela Uniterci.

Segundo Leonice Alencar, socióloga que trabalha no Programa, “o Atualização Cultural é como se fosse uma porta de entrada para os idosos participarem dos outros projetos que o Programa desenvolve”.

Os projetos de extensão da Uniterci acontecem durante o período letivo, que vai de março a dezembro. Após passar pelo Atualização Cultural, os participantes podem se inserir em outros projetos, como o “Ação Inclusão Digital”, o “Projeto a Terceira Idade em Educação Permanente em Áreas de Graduação na UFPA”, o “Projeto A Terceira Idade na Amazônia: Arte e Cultura” e o “Projeto Corpo Movimento e Qualidade de Vida na Terceira Idade”.

As atividades da Uniterci acontecem, sempre, duas vezes por semana, dentro e fora do Campus, onde idosos e especialistas realizam diversas atividades, vivenciando benefícios físicos e psicossociais.

Serviço:

Projeto Atualização Cultural

Inscrições: 03 e 04 de março, das 08h30 às 11h30, na sala Kp 04, localizada no Campus Profissional da UFPA ( em frente ao Ver-o-Pesinho).

Mais Informações: (91) 3201-7219 ou pelo e-mail:  
uniterci\_ufpa@yahoo.com.br

Ascom ICSA

Portal Cultura, Pará, 2/3/2010.

Museu - Em Destaque, as águas da Amazônia

Por Lucila Vilar, do Museu Emílio Goeldi

A edição do mês de março do Informativo bimestral do Museu Paraense Emílio Goeldi, Destaque Amazônia, é dedicada a pesquisas relacionadas com uma das características mais marcantes da região amazônica: seus rios.

**Agência Museu Goeldi** - As águas da Amazônia não representam apenas 68% do volume hídrico existente no Brasil, são fontes de renda, crenças e locomoção. O Destaque Amazônia do mês de março faz uma homenagem às águas amazônicas, trazendo matérias que falam de pesquisas que as utilizam como suporte.

Estudo sobre o uso da aninga como fitoterápico e a arte da construção dos mais variados tipos de embarcações estão entre os temas das matérias desta edição. As transformações na pesca artesanal praticada na costa do Pará e a geração de mapas que atuam na prevenção e se prestam a planos de contingência em eventuais episódios de derramamento de óleo, como já ocorreu na região, são outros dos assuntos que a equipe da Agência Museu Goeldi produziu num inverno amazônico dos mais quentes.

Muito utilizada pelos ribeirinhos como cicatrizante e vastamente distribuída nas margens dos rios amazônicos, pouco se conhece sobre as propriedades químicas, terapêuticas e as atividades biológicas da aninga, *Montrichardia linifera* (Araceae). A mais recente edição do Destaque Amazônia aborda a pesquisa desenvolvida por Cristine Bastos do Amarante, da Coordenação de Ciências da Terra e Ecologia do Museu Goeldi: um “Estudo químico e farmacológico de *Montrichardia linifera* (Araceae)”, revela a ocorrência de substâncias biologicamente ativas, revelando um potencial fitoterápico ainda a ser investigado.

A aninga é uma planta pioneira na formação de ilhas aluviais dos rios amazônicos e no estreitamento de canais dos furos do arquipélago do Marajó, na foz do Amazonas. Esse tipo de planta forma grandes populações vastamente distribuídas às margens dos rios e igarapés da Amazônia. De acordo com a pesquisa, testes de toxicidade sugerem que a aninga contém substâncias biologicamente ativas que justificam o uso tradicional empregado empiricamente pelo caboclo amazônico, em reconhecimento ao seu potencial fitoterápico, que merece ser investigado em estudos químicos, farmacológicos e toxicológicos.

A atividade antiplasmódica relativa à ação contra o parasita causador da malária também foi investigada. Nesse caso, alguns extratos das folhas da aninga inibiram mais de 80 % do crescimento do parasita. Ainda de acordo com a pesquisa, sabendo que as populações tradicionais amazônicas fazem uso das folhas amarelas da aninga na preparação de chás, estudos de composição mineral realizados em tais folhas revelam que os valores dos minerais estiveram muito acima dos limites estabelecidos para o consumo humano.

**Embarcações amazônicas** - O informativo bimestral do Museu Goeldi deste mês destaca também a carpintaria naval. Embora não seja artesanato propriamente dito, a carpintaria naval é uma atividade eminentemente artesanal. Os ribeirinhos amazônicos não têm estudos náuticos, mas são capazes de fazer embarcações de pequeno (cascos), médio (canoas) e grande porte (lanchas e barcos de pesca) com técnica apurada e navegabilidade comprovada.

Um estudo sobre a catalogação da matéria prima utilizada na carpintaria naval desenvolvida na Reserva Extrativista de Maracanã, no nordeste do Estado do Pará, foi desenvolvido por Carlos Junior sob a orientação de Jorge Oliveira, da Coordenação de Botânica do Museu Goeldi. Segundo a pesquisa junto aos moradores da região, são 11 as espécies vegetais aplicadas na confecção de embarcações.

Surgida de uma ação de pesquisa mais ampla do Programa de Pesquisa da Biodiversidade (PPBio) e de projeto de bioprospecção, coordenado pela pesquisadora Graça Zoghbi, o estudo

desenvolvido por Carlos Junior buscou não apenas fazer o inventário das espécies vegetais, mas também registrar fotograficamente as embarcações.

**Memória da Pesca** - As transformações na pesca artesanal do município de Vigia, nordeste paraense, são tema de outra matéria. O estudo desenvolvido por Regiane Monteiro Alves, bolsista de Iniciação Científica PIBIC/MPEG intitulado "Entre o tradicional e o moderno: as formas de mudança na pesca artesanal do município de Vigia" trata da elaboração de um catálogo descritivo sobre aspectos, especificidades e significados das memórias das embarcações no âmbito da atividade da frota do município.

Com uma economia ligada à pesca artesanal, Vigia representa o centro pesqueiro de maior importância do Pará. A modernização do trabalho de pesca na região e a transformação dos hábitos dessa comunidade provocaram a perda do modelo de embarcações antigas, do modo como se conserva os peixes e da preservação do meio ambiente.

Por ter pouca documentação sobre o assunto, Alves pretende levar até as escolas locais o catálogo, incentivando crianças e adolescentes a terem mais conhecimento a respeito de sua cultura e da principal atividade econômica no município.

**Mapa para proteger a natureza** - Quando se pensa na imensidão amazônica, logo vem à mente a necessidade de monitoramento do meio ambiente, principalmente em áreas onde há exploração, produção e transporte de substâncias com caráter poluente como o petróleo e seus derivados. O Destaque Amazônia traz matéria sobre pesquisa, realizada pelo Museu Goeldi, acerca dos "Índices de Sensibilidade Ambiental ao derrame de óleo dos sedimentos de fundo na região portuária de Vila do Conde - Barcarena - PA".

Desenvolvido pela bolsista Messiana Boulhosa, do Programa de Capacitação Institucional (PCI) e orientado pelo pesquisador Amílcar Mendes, da Coordenação de Ciências da Terra e Ecologia do Museu Goeldi, o estudo fez parte do projeto PIATAM-Mar – II (Potenciais Impactos Ambientais no Transporte de Petróleo e Derivados na Zona Costeira Amazônica).

Após dois anos de estudos, o mapa produzido pela pesquisa já pode ser usado em situações emergenciais e planos de contingência e para a proteção de ambientes sensíveis aos danos gerados por um eventual derramamento de óleo.

O Destaque Amazônia é um produto da Agência Museu Goeldi, do Serviço de Comunicação Social, em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Você pode entrar em contato com a Agência Museu Goeldi pelo e-mail: [destaqueamazonia@museu-goeldi.br](mailto:destaqueamazonia@museu-goeldi.br)

Confira a edição no [http://www.museu-goeldi.br/Destaque\\_n43\\_marco10.pdf](http://www.museu-goeldi.br/Destaque_n43_marco10.pdf)

(Envolverde/Museu Emílio Goeldi)

Envolverde, 2/3/2010.

Pesquisa - Transporte escolar aquaviário na Amazônia é tema de pesquisa

Começa segunda-feira, 8, a primeira pesquisa de campo sobre o transporte escolar aquaviário no Brasil. Durante três meses, uma equipe de pesquisadores percorrerá, entre Belém e Tefé (AM), cinco mil quilômetros dos rios Guamá, Amazonas e Tapajós, no Pará, e Amazonas e Solimões, no Amazonas, analisando pelo menos 65 rotas percorridas por alunos que moram em áreas ribeirinhas para chegar às salas de aula. A equipe de pesquisa sai dia 8, às 15 horas, da Base Naval de Val-de-Cães, na capital paraense.

A pesquisa, promovida pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e desenvolvida pela Universidade de Brasília (UnB), pelo Centro Interdisciplinar de Estudos em Transporte (Ceftru), é parte do programa Caminho da Escola, que tem como objetivo aprofundar o conhecimento sobre o transporte escolar aquaviário a fim de que o governo federal tenha uma visão abrangente da questão. A primeira fase do trabalho foi completada ano passado, com a caracterização do transporte feito por ônibus escolares em todo o País.

Segundo o coordenador-geral dos programas de transporte escolar do FNDE, José Maria Rodrigues de Souza, serão estudadas as condições em 16 municípios. "Percorreremos quatro rotas bastante diferenciadas em cada município, para termos uma visão completa da situação", diz. "Ao unirmos os resultados desse levantamento com o do ônibus escolar rural, teremos conhecimento mais profundo para servir de base às políticas públicas a serem desenvolvidas pelo governo federal nesta área", completa.

Para a professora do programa de pós-graduação em transportes da UnB, Yaeko Yamashita, as pesquisas do transporte aquaviário e do ônibus escolar integram a perspectiva maior do FNDE de buscar parceria com a UnB para identificar e caracterizar os aspectos sociais, econômicos e culturais do transporte escolar rural, aproximando necessidades e propostas de soluções técnicas para a gestão do transporte, fundamentais para garantir o acesso ao ensino, a inclusão e a redução das desigualdades sociais.

O barco Natureza, que levará a equipe de pesquisadores, parte de Belém no dia 8 com a meta inicial de testar duas lanchas desenvolvidas pela Marinha do Brasil para o programa Caminho da Escola, no âmbito do convênio assinado em 2009 pelo Ministério da Educação e a Marinha. As duas embarcações são o modelo para as 180 lanchas que devem ser distribuídas, ao longo deste ano, a municípios ribeirinhos para o transporte dos estudantes. No total, a Marinha vai construir 600 embarcações.

Levantamento preliminar feito pelo FNDE em 2009 identificou 117.694 alunos transportados por barco na região Norte seja em frota das prefeituras e secretarias estaduais, seja em frota terceirizada. "A pesquisa nos ajudará a compreender melhor a realidade da operação do transporte escolar rural e a avaliar a adequação dos veículos que são usados, considerando tanto os aspectos técnico-operacionais quanto as percepções dos atores envolvidos", afirma o engenheiro civil Willer Carvalho, um dos gerentes do projeto.

O Liberal, Atualidades, 2/3/2010.

Pesquisa - Projeto do Inpe é referência para programa da ONU

O Projeto Panamazônia, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), foi apresentado na última semana em Bali (Indonésia), durante a XI Sessão do Fórum global de Ministérios do Meio Ambiente

O evento é organizado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). A pedido da Divisão de Meio Ambiente, do Ministério do Meio Ambiente, e da Agência Brasileira de Cooperação, o Inpe elaborou uma proposta de cooperação para desenvolver nos países que detêm cobertura florestal tropical capacidades técnicas segundo os procedimentos e a metodologia estabelecida pelo Panamazônia.

O objetivo do projeto "Observando as florestas do mundo através de satélites de sensoriamento remoto" é gerar capacidade técnica para monitorar as florestas tropicais, com procedimentos apoiados em softwares livres e imagens públicas de satélites como Nasa-Geocover & Modis e Cbers (Satélite Sino-brasileiro de Recursos Terrestres).

A ideia é dividir o mapeamento em ao menos oito categorias: cobertura florestal, desmatamento nas florestas, reflorestamento, cobertura do cerrado, desmatamento no cerrado, regeneração do cerrado, tempo de reflorestamento e regeneração, e hidrologia e drenagem.

Os procedimentos serão aplicados nos países e regiões selecionadas e transferidos às equipes técnicas locais por meio de treinamentos práticos. Ao final das atividades propostas, a equipe técnica estará apta a analisar e aprimorar os bancos de dados digitais locais, executando assim um monitoramento contínuo da cobertura de floresta e cerrado nos países envolvidos.

Mais informações sobre o Projeto Panamazônia em [http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod\\_Noticia=549](http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=549)

(Assessoria de Comunicação do Inpe)

Jornal da Ciência, 2/3/2010.

Pesquisa - Brasil tem mais doutores, mas produz pouca inovação

Audiência na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado debateu, nesta segunda-feira, 1º de março, a formação de mão de obra para desafios de setores ligados à infraestrutura do país

Especialistas ouvidos na audiência traçaram um cenário preocupante. Com estímulos de agências governamentais como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a produção científica, medida pela publicação de textos acadêmicos em revistas especializadas, cresceu muito e hoje o Brasil supera a Holanda e a Rússia, segundo o diretor de relações internacionais da Capes, Sandoval Carneiro Júnior, um dos participantes da audiência.

O sistema de pós-graduação brasileiro exibe números razoáveis: 4.100 cursos, por onde passaram mais de 150 mil alunos - um terço no doutorado e dois terços no mestrado. Mas isso não foi suficiente para assegurar inovação tecnológica: no triênio 2005-2007, o número de patentes registradas pelo Brasil no United States Patent and Trademark Office (USPTO) caiu 13% em relação ao triênio anterior (2002/2004), enquanto dois países que integram o chamado Bric - Índia e China - tiveram crescimento de 48% e de 53%, respectivamente, no volume de patentes registradas no USPTO no período 2005-2007.

A Índia conseguiu 1.411 registros, enquanto na China esse número chegou a 2.764, ou seja, dez vezes o total brasileiro, que foi de 288 registros. De acordo com Carneiro, só a Polônia teve desempenho inferior ao Brasil no ranking do USPTO.

O diretor da Capes atribuiu o problema a uma opção da empresa brasileira: ao invés de investir em inovação, ela prefere comprar a tecnologia que vem de fora do país. "Enquanto a Samsung tem laboratório de pesquisa com 5 mil doutores, o conglomerado industrial brasileiro quase não emprega doutores", observou.

Na presidência da reunião, o senador Fernando Collor (PTB-AL) criticou a falta de visão do empresário brasileiro, que, segundo ele, sacrifica o futuro em função de resultados em curto prazo.

### Engenheiros

Sandoval Carneiro afirmou que a capacidade de inovação tecnológica de um país e sua competitividade industrial estão ligadas ao desenvolvimento das engenharias, outra situação que considerou preocupante. Em 2007, os engenheiros graduados correspondiam a 4,2% do total de formados em todos os cursos - relação que é de quase 30% na Coreia do Sul. No mesmo ano, foram oferecidas 198 mil vagas em faculdades de engenharia, mas apenas 115 mil foram preenchidas - 83 mil ficaram ociosas.

O mais grave, segundo Sandoval Carneiro, é a evasão dos alunos que ingressaram nos cursos, que chega a 60% nas escolas públicas e a 75% nas privadas. Dos engenheiros que se formam, apenas um em cada 3,5 exercem a profissão. "Se o Brasil crescer de 5% a 7%, um dos cenários traçados pelo Ipea, haverá falta de engenheiro", afirmou.

A situação preocupa tanto que o governo federal criou um grupo de trabalho presidido por Sandoval Carneiro com o objetivo de propor ações indutoras para estimular o ingresso de estudantes nos cursos de graduação na área das engenharias.

### Ensino básico

O reitor da Universidade Castelo Branco, do Rio de Janeiro, Paulo Alcântara Gomes, disse que a solução para o problema deve começar no ensino básico, que precisa ser reforçado - ideia que recebeu o apoio de Fernando Collor. A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), também presente à audiência, afirmou que o cuidado com as crianças desde a pré-escola forma cidadãos e profissionais mais habilitados para os novos desafios do mercado.

Alcântara Gomes defendeu "mudanças profundas" na formação de profissionais de todos os níveis. Observou que em 2009 um total de 1,7 milhão de vagas oferecidas por agências públicas de empregos não foram preenchidas por falta de qualificação dos candidatos. Ele notou que a nova configuração das empresas, com os arranjos produtivos locais e o fortalecimento das microempresas, substituiu o conceito de empregado pelo de empreendedor.

O ex-presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia Wilson Lang disse que o Brasil está diante do chamado de "apagão de gente", em que a demanda por profissionais qualificados não é atendida pelas escolas de formação. Outro participante da audiência pública, Roosevelt Tomé Silva Filho, representante do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), apresentou aos senadores as políticas para inclusão social adotadas pela pasta.

(Djalba Lima, Agência Senado, 1/3)

Jornal da Ciência, 2/3/2010.

## Pesquisa - Visão das borboletas evoluiu para encontrar parceiro ideal

A evolução da visão de borboletas tem uma relação fundamental com a diversidade de cores de suas asas, é o que diz uma pesquisa conduzida por biólogos da Universidade da Califórnia, nos EUA. De acordo com os cientistas, as borboletas selecionam o parceiro pela diversidade de cores que este apresenta e quanto mais rápido for nessa escolha, mais tempo tem para buscar alimento, proteção e garantir sua sobrevivência. As informações são do Live Science.

As borboletas da espécie *Heliconius*, possuem um gene duplicado, permitindo enxergar cores e pigmentos amarelos ultravioletas em suas asas. Segundo a pesquisadora Adriana Briscoe, responsável pelo estudo, com isso as borboletas não perdem tempo perseguindo o parceiro errado.

O gene para a visão do ultravioleta e pigmentação amarelada foi desenvolvido pelas borboletas entre 12 e 25 milhões de anos atrás. Das 14 mil espécies de borboletas existentes no mundo, somente os exemplares da *Heliconius*, das florestas mexicanas, da América Central e América do Sul, são conhecidos por este gene duplicado.

A análise de milhares de amostras de asas mostrou que as borboletas com apenas um "gene para visão ultravioleta" tinham pigmentos amarelos que não eram ultravioletas. No entanto, o pigmento ultravioleta foi encontrado em borboletas com ambos os genes. O estudo foi publicado na versão online da revista *Proceedings of the National Academy of Sciences*. (Fonte: JB Online)

Ambiente Brasil, 2/3/2010.

Pesquisa - Cientistas identificam "supertatu" de 100 kg e 10 mil anos

Chamar o *Pachyarmatherium brasiliense* de supertatu é licença poética, por mais que o bicho pareça se encaixar na descrição.

Na verdade, a criatura de 100 kg é um parente relativamente distante dos tatus atuais. A espécie, recém-descoberta em meio a um material arquivado em Natal (RN), traz pistas sobre como era a fauna gigante do Brasil pré-histórico.

"O material foi coletado nos anos 1960 e levado para o Museu Câmara Cascudo. Parte ficou na área de exposições, parte no acervo técnico, mas ninguém se interessou por aquilo durante muito tempo", diz Kleber Porphino, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Ele descreveu a espécie com Lílian Bergqvist, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e Juan Fernicola, do Museu Argentino de Ciências Naturais Bernardino Rivadavia.

Em artigo na revista científica "Journal of Vertebrate Paleontology", o trio se debruça sobre fragmentos relativamente escassos do bicho, como pedaços da carapaça, vértebras e ossos dos membros, para descrever a "nova" espécie, bem maior do que os tatus atuais (os maiores não chegam a 50 kg).

Dobraduras - E são justamente as unidades que formam a carapaça, os osteodermas, que ajudam a entender o comportamento e o "álbum de família" da espécie.

Por um lado, os tatus de hoje possuem osteodermas diferenciados, formando bandas de articulação, que dão flexibilidade à armadura.

Exemplo extremo disso é o tatu-bola, que se dobra sobre si mesmo. Já os gliptodontes (mais avantajados entre os parentes extintos dos tatus, podendo ter o tamanho de um Fusca) não possuem tal articulação, tendo a aparência de um pequeno tanque de guerra.

O *P. brasiliense* estava entre esses dois extremos. "Não chegava a ser uma faixa flexível, mas havia uma região com algum grau de articulação, mais parecida com uma dobradiça."

Se o trio conseguiu entender a armadura do bicho, sua alimentação e locomoção são mais misteriosas por pura falta de dados. O crânio (com os dentes) não foi preservado. "Os gliptodontes aparentemente eram herbívoros (muitos tatus atuais são comedores de insetos). No caso do *P. brasiliense* é difícil afirmar", diz Porphino.

A falta de datação precisa do material das cavernas onde o bicho foi achado, em Baraúna (RN), impede que se diga sua idade. Mas os fósseis associados a ele sugerem o finzinho do Pleistoceno (a Era do Gelo), entre 40 mil e 10 mil anos atrás. (Fonte: Folha Online)

Ambiente Brasil, 2/3/2010.

Pesquisa - A descoberta de uma lenda

Ruínas da era pré-inca sugerem que personagens de um famoso mito peruano viveram em carne e osso

Sob imensas dunas de areia no noroeste do Peru, arqueólogos descobriram provas de que descendentes de Naylamp, um popular mito peruano, podem de fato ter existido em carne e osso há quase mil anos, numa civilização pré-inca.

Com pequenas ferramentas e pincéis, uma equipe que chegou a reunir mais de 100 arqueólogos bancados pelo governo peruano desvendou parte do mistério dessa figura metade homem e metade deus que, de acordo com a lenda, chegou do mar para fundar a cultura lambayeque - até hoje nome desse departamento (estado) costeiro peruano.

- A partir dos elementos descobertos podemos reconstruir sistemas ideológicos, estrutura de poder, hierarquia de construções, rituais, arte (dessa civilização) etc - afirmou Carlos Wester La Torre, chefe da equipe de arqueólogos e diretor do Museu Arqueológico Nacional Hans Heinrich Brüning de Lambayeque. - O objetivo era não apenas entender a dinâmica cultural de um complexo arqueológico monumental, mas também compreender os possíveis vínculos entre a tradição oral (lenda de Naylamp) e as provas arqueológicas.

A equipe levou meses para escavar dois prédios dentro de Chotuna Chornancap, um complexo arqueológico com várias pirâmides e que há décadas vem sendo explorado no Peru por especialistas e historiadores.

Em uma das duas construções escavadas ao longo do ano passado, uma pirâmide dentro da área de Chotuna, as equipes descobriram os corpos de 33 mulheres com cortes nos ossos, sinais de que foram mortas em cerimônias de sacrifício humano.

Eram jovens que, segundo historiadores, provavelmente foram oferecidas aos deuses num escambo por fertilidade.

Em troca de seus corpos férteis, esperava-se fartura de alimentos ou um regime estável de chuvas, por exemplo.

A 1,5 quilômetro da tumba, na área chamada de Chornancap, foi encontrado um segundo templo, este emblemático para os arqueólogos por abrigar a descoberta mais importante das escavações: um trono.

Segundo os arqueólogos, este era o palco usado por quem quer que estivesse no poder para comandar rituais e reforçar sua liderança política, religiosa e militar.

Para os arqueólogos, embora não haja comprovação cabal, o trono foi provavelmente utilizado pelos primeiros reis lambayeques, homens que se diziam descendentes do mito Naylamp. Itens encontrados na mesma sala que o trono, como cruzeiros andinos marcados no chão ou pequenos recipientes para oferendas, conferem um ar altamente místico ao templo, algo que na história da região só se encaixa com a lenda de Naylamp, afirma o chefe da missão arqueológica.

- As datas da lenda e do templo coincidem. E, daquela época, apenas na lenda de Naylamp há registro de que um trono fosse usado por descendentes como instrumento para exercer sua autoridade - diz La Torre.

Nome de praça, escola e até de criança

Segundo La Torre, os prédios pertencem à fase intermediária do Complexo de Chotuna Chornancap, datada de 1100 a 1300. A cultura lambayeque reinou nesta área da costa norte do Peru entre os séculos VIII e XIV, antes da civilização inca. A cultura, conhecida por suas habilidades na engenharia hídrica, emergiu após o colapso da civilização moche e foi encerrada com conquista da região pelos Chimú, em 1375.

Por todo esse período, a lenda de Naylamp foi passada oralmente, até que, no século XVI, foi registrada por escrito. Conta o folclore que Naylamp chegou numa frota de balsas por mar com todo um séquito de guerreiros para fundar a cultura Lambayeque.

Naylamp teria desembarcado usando um símbolo, feito com uma pedra verde, chamado Yampallec (do qual deriva o nome Lambayeque). Até hoje, de tão popular, Naylamp dá nome a escolas, praças e até crianças nessa região costeira do Peru.

Não há provas de que Naylamp tenha de fato existido na forma humana. Os indícios sugerem que ele era uma espécie de deus e que algumas gerações de homens governaram o império lambayeque alegando serem seus descendentes. Fazendo um paralelo com a tradição cristã, é como dizer que Jesus existiu em carne e osso, mas não Deus, explica La Torre.

E apesar de já terem sido encontrados indícios anteriormente dentro do mesmo complexo arqueológico que pudessem remeter a esses reis, esta é a primeira vez que se encontra um lugar que pode ter sido de fato usado por eles. A última fase das escavações foi anunciada em dezembro, mas os trabalhos ainda vão continuar até 2012 e a equipe de arqueólogos acredita que novos indícios vinculando o sítio arqueológico com a lenda podem emergir.

(Sabrina Valle)

(O Globo, 27/2)

Jornal da Ciência, 2/3/2010.

Pesquisa - Pesquisa propõe nova forma de interpretar "onda quente" do clima

Um grupo de cientistas ingleses e alemães decidiu encarar de frente a tarefa de aprimorar o conhecimento científico sobre o clima, ainda que isto venha desafiar o consenso político em torno dos relatórios do IPCC.

O estudo foi financiado pelo Conselho de Meio Ambiente do Reino Unido e pela Fundação Alemã de Ciências e contou com a participação de cientistas das universidades de Southampton e Bristol, na Inglaterra, e Tuebingen, na Alemanha.

Humildade científica - Segundo os pesquisadores, a conclusão de suas análises desafia a ideia de que os cientistas entendem os fatores naturais de alteração do clima com precisão suficiente para julgar os efeitos gerados pelo homem.

Em vez de questionar uma ou outra conclusão ou uma ou outra medição sobre os efeitos que a ação humana exerce sobre o clima, os cientistas decidiram avaliar o quadro de referência contra o qual o registro das temperaturas atuais está sendo comparado.

"O entendimento de como o clima respondeu a alterações no passado deverá ajudar a compreender como as atividades humanas podem ter afetado, ou irão afetar, o clima da Terra. Uma das abordagens para isso é estudar os períodos interglaciais do passado, períodos quentes entre os períodos glaciais," afirma Eelco Rohling, da Universidade de Southampton, que coordenou a pesquisa.

Período interglacial - Os pesquisadores compararam o atual período interglacial com um outro período semelhante, ocorrido 400.000 anos atrás, conhecido como MIS-11 (Marine Isotope Stage 11).

Muitos aspectos da configuração orbital Terra-Sol durante o MIS-11 eram similares aos verificados no atual período interglacial. Por isso, os cientistas costumam considerar o MIS-11 como um análogo para prever como o clima da Terra iria se desenvolver na ausência da influência humana.

Estudos anteriores usaram esta analogia para sugerir que o atual período interglacial deveria ter terminado entre 2.500 e 2000 anos atrás. Então, por que a Terra continua tão quente?

De acordo com a "hipótese antropogênica", os impactos de longo prazo das atividades de desmatamento e de emissões de metano e de dióxido de carbono estão nos mantendo artificialmente nessas condições quentes de um período interglacial, que tem-se mantido desde o fim do Pleistoceno, cerca de 11.400 anos atrás.

Níveis dos mares - Agora, os pesquisadores usaram um novo registro de mais alta resolução dos níveis do mar, que refletem os volumes de gelo ao longo do globo. Esse registro, que é contínuo ao longo dos dois períodos interglaciais, o MIS-11 e o atual, foi baseado em um método desenvolvido por Rohling, chamado "método do Mar Vermelho."

A água passa entre o Mar Vermelho e o mar aberto somente ao longo do Estreito de Bab-el-Mandab, que se estreita ainda mais conforme o nível do mar diminui, reduzindo a troca de água. A evaporação no Mar Vermelho aumenta sua salinidade e altera a abundância relativa de isótopos estáveis de oxigênio.

Analisando as taxas de isótopos de oxigênio presentes em minúsculas criaturas marinhas, chamadas foraminíferos, preservados em sedimentos depositados no fundo do Mar Vermelho, os cientistas reconstruíram os níveis do mar no passado. Os resultados foram confirmados ao serem comparados com restos fossilizados de recifes de coral.

Mesmos efeitos, razões diferentes - Os pesquisadores descobriram que o atual período interglacial de fato já durou de 2 a 2,5 milênios a mais do que o previsto quando se considera a teoria atualmente dominante para a forma como as alterações orbitais da Terra determinam as eras do gelo.

Essa teoria é baseada na intensidade da radiação solar que atinge a Terra na latitude de 65 graus Norte no dia 21 de Junho, o solstício de verão do Hemisfério Norte.

Mas a proposta anomalia desaparece quando os pesquisadores usam uma teoria rival, que usa a mesma intensidade de energia solar que atinge a Terra, na mesma latitude, só que durante os meses de verão.

Sob essa nova teoria, ainda não largamente aceita, os níveis do mar deverão se manter elevados ainda por outros 2.000 anos ou mais, mesmo na ausência de um aquecimento global causado pelos gases de efeito estufa.

Ou seja, os cientistas ingleses e alemães propõem que a atual "onda quente" é inteiramente enquadrável nas características normais do clima da Terra.

Alterações climáticas a longo prazo - "Novas pesquisas precisam melhorar a precisão da influência das alterações orbitais sobre o clima," diz Rohling. "Isto é crucial para um melhor entendimento das tendências naturais do clima ao longo de grandes escalas temporais, milenares. E isto é essencial para um melhor entendimento de quaisquer potenciais impactos de longo prazo sobre o clima devidos às atividades humanas."

"Perceba que nós nos concentramos nas tendências climáticas de longo prazo, relacionadas com as alterações na órbita da Terra ao redor do Sol. Assim, nosso estudo é relevante para o clima futuro no longo prazo, e nem tanto assim para as próximas décadas ou o próximo século," alerta ele. (Fonte: Site Inovação Tecnológica)

Ambiente Brasil, 2/3/2010.

Pesquisa - Pesquisas sobre água e meio ambiente ganham reforço

Criado com o objetivo de desenvolver tecnologias verdes com foco na solução dos problemas da Amazônia e do país relacionados à energia, combustíveis, biodiversidade e decomposição de material orgânico prejudicial ao meio ambiente, o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Energia, Ambiente e Biodiversidade (INCT-EAB), afiliado à Universidade do Estado do Amazonas (UEA), é uma instituição que se dedica a compreender e propor alternativas para minimizar os efeitos das questões cruciais globais que a humanidade está enfrentando como as mudanças do clima e as condições ambientais.

Na última semana de fevereiro, o workshop sobre a qualidade da água e remediação ambiental serviu para integrar pesquisadores dos INCT Ambientais - CEAB/UEA e o Centro de Capacitação e Pesquisa em Meio Ambiente (CEPEMA/USP) - que abordaram temas como abastecimento e qualidade da água, tipos de contaminações e técnicas de recuperação de águas contaminadas.

Nesta entrevista exclusiva para a Agência Fapeam, o PhD e coordenador geral do INCT/CEAB/UEA, José Carlos Verle Rodrigues, fala dessa experiência e sobre os avanços deste que é um dos seis INCTs aprovados no Amazonas e que recebem recursos do Estado por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

#### **Agência Fapeam – Qual a importância do INCT/EAB/UEA para a região amazônica?**

José Carlos Rodrigues – O Instituto busca colocar juntos os pesquisadores e a sociedade, como o evento que realizamos para discutir nossas atividades em fevereiro. Tivemos aqui no Estado do Amazonas um encontro que reuniu a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), a sociedade e empresas que atuam com o mesmo objetivo e precisam trabalhar juntas buscando solucionar problemas da água, do setor ambiental.

#### **Agência Fapeam – Em termos de estrutura e parcerias, como está o funcionamento do INCT com outras instituições para viabilização de pesquisas?**

JCR – Estamos trabalhando com mais de 24 instituições ligadas ao INCT, como a Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo e a politécnica de São Paulo, que tem uma experiência muito grande com a qualidade e abastecimento de água, problemas que temos em Manaus. Os pontos fortes que estamos trabalhando aqui envolvem também áreas como química, bioquímica, biologia molecular, antropologia e educação. Nós temos parcerias com outras instituições e com outras faculdades e institutos, como Ufam e Inpa, além de outras instituições sediadas no Amazonas.

#### **Agência Fapeam – Já existe algum resultado prático resultante da instalação do INCT?**

JCR – A criação do Instituto é bem recente, tem meses que começamos a operar e nem todos os recursos foram liberados. Atualmente, estamos montando o corpo de pesquisadores e auxiliares. Para isso, bolsas estão sendo concedidas tanto em Manaus quanto no interior para a formação de recursos humanos. O Instituto teve recentemente um resultado positivo atuando nos estudos sobre a invasão de uma praga nova na região Norte, o ácaro vermelho, que atacou as plantações de banana. O Instituto trabalhou nesse problema com pesquisadores que já tinham informações sobre a praga em regiões do Caribe de modo que, no momento em que essa praga chegou aqui, nós já tínhamos materiais selecionados para estudos. Este é um resultado fantástico não só para o Amazonas ou para o Norte do país, mas também para todo o país. O Brasil é e continuará sendo um dos grandes produtores mundiais de banana e um grande produtor de espécies importantes no ambiente natural em toda Amazônia. Só essa conquista paga todos os programas dos 123 institutos. Isso foi conseguido em menos de seis meses e mostrou que, quando temos pessoas e instituições trabalhando juntas, é possível atingir resultados práticos com mais facilidade. Mas ainda tem muito a ser feito.

**Agência Fapeam – Quais os resultados esperados nas diversas áreas em que o Instituto vem atuando?**

JCR – Temos boas expectativas quando se trata da qualidade da água, sedimentos, atmosfera, floresta, meio ambiente, entre outros temas, mas o mais importante é que existe por parte dos participantes do INCT, dos colaboradores e da sociedade uma demanda grande de serviços e pesquisas para a solução de problemas que devem ser resolvidos pelo Instituto. Para isso temos um excelente corpo técnico que atua não só no Amazonas ou no Brasil, mas no mundo todo.

**Agência Fapeam – Atualmente, como está a situação da qualidade da água consumida no Amazonas? É possível ter uma noção?**

JCR – Sabemos que necessitamos melhorar muito. A situação da empresa Águas do Amazonas é preocupante, apesar do trabalho excelente desenvolvido nos últimos anos em termos de investimentos, melhorando o sistema de abastecimento. Como bem colocou o presidente da empresa, ainda há muito a se fazer e isso não depende de companhia de águas ou do governo, depende de todos nós como indivíduos para colaborar nesse processo. Isto é o que a UEA, como um centro pesquisa e de educação, quer: fazer com que as pessoas tenham não só uma carteira de identidade, mas uma carteira de cidadão.

**Agência Fapeam – Existem pessoas no mundo que dizem que a água pode ser motivo de conflito no futuro, o senhor acredita nisso?**

JCR – Infelizmente esse conflito já existe, não só entre países ou entre Estados, mas também dentro de uma comunidade. Lembro que estávamos nos meses de janeiro trabalhando num projeto na Califórnia (EUA), onde há um conflito entre municípios, entre as companhias que fazem o uso da água para a agricultura e as que abastecem as cidades. Trata-se de um conflito enorme e interno, não um conflito disperso ou atrofiado. Nós assemelhamos esse fato a um conflito entre pessoas que se preocupam em manter e preservar os mananciais e as nascentes e aquelas pessoas que jogam lixo e não procuram manter ou melhorar as condições de esgoto. Isso é a prova que já vivemos um conflito.

(Envolverde/Governo do Estado do Amazonas)

Envolverde, 2/3/2010.

Pesquisa - Conflitos socioambientais na Amazônia

01/03/2010

Local:

Fonte: Ambiente Energia

Da Agência Ambiente Energia – O Descompasso e o piroscópio: uma análise dos conflitos socioambientais do projeto da usina hidrelétrica Belo Monte“, defendida por Ivan Dutra Faria pelo Centro Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Doutor em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental. Assim o autor, que escreveu o artigo “Belo Monte: a Viúva Porcina do setor elétrico” para a Agência Ambiente Energia, explica o conteúdo da tese: “Este trabalho investiga os conflitos socioambientais de projetos hidrelétricos na Amazônia. Para tanto, foram utilizados como marcos referenciais os modelos de Georg Simmel e de Kai N.Lee para análise de conflitos e para a busca de uma Aprendizagem Social, respectivamente.

O foco principal da pesquisa é colocado sobre o projeto da usina hidrelétrica Belo Monte, no rio Xingu, sudoeste do estado do Pará. O local do barramento previsto se situa próximo às cidades de Altamira e Vitória do Xingu, onde se deram os eventos que compuseram a cena na qual os atores mais relevantes relacionados com o projeto atuaram.

Os conflitos socioambientais do setor elétrico na Amazônia são investigados por meio da análise da atuação da Eletronorte na região, em especial em relação ao projeto de Belo Monte. Essa análise privilegia os aspectos de comunicação com a sociedade, de democratização da informação, de negociação dos empreendimentos e da mediação dos conflitos”, resume Ivan Dutra Filho, que mestre e doutor em Política, Planejamento e Gestão Ambiental. Também é consultor legislativo do Senado Federal.

Amazônia.org, 2/3/2010.

Pesquisa - Brasil cria corante ocular mais barato feito a partir de açaí

2/3/2010 - 8h44

MARIANA VERSOLATO

Colaboração para a Folha de S.Paulo

Pesquisadores do Departamento de Oftalmologia da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) desenvolveram um corante intraocular a partir da antocianina, uma substância do açaí. A patente do produto foi obtida na semana passada e o corante natural deve ser utilizado em cirurgias na universidade a partir de abril. Segundo um estudo, o corante natural é 20 vezes mais barato do que os convencionais. Cada frasco usado por operação custa de R\$ 200 a R\$ 500.

Os corantes são utilizados em cirurgias da retina (camada mais interna do globo ocular) e do vítreo (componente que preenche o olho, responsável pelo tônus ocular), para que seja possível visualizar membranas e tecidos transparentes na correção de doenças que acometem o fundo dos olhos, como a retinopatia diabética e descolamentos da retina e do vítreo.

Segundo o professor da Unifesp que coordena o estudo, Maurício Maia, o corante natural apresentou um nível menor de toxicidade do que os corantes químicos utilizados hoje, como a indocianina verde, usada cada vez menos por ser a mais tóxica, e o azul brilhante.

"A procura pelo corante perfeito é antiga. O ideal é que ele seja o menos tóxico possível e que não atinja o nervo ótico ou as células da retina, como esse [do açaí] parece ser", diz o oftalmologista Maurício Schirmer, do Hospital Oftalmológico de Sorocaba.

A pesquisa, em andamento há um ano, realizou testes laboratoriais de pH, cor e adesão da antocianina às membranas e aos tecidos. O novo corante, de cor roxa, mostrou grande capacidade de tingimento e tornou as membranas da retina mais visíveis, o que pode aprimorar as cirurgias, segundo Maia.

O produto ainda se mostrou eficaz na coloração do vítreo e da membrana limitante interna, retirada quando ocorre o buraco da mácula (área mais central da retina onde estão as células responsáveis pela chamada visão fina, que envolve detalhes e cores, por exemplo).

"Achamos na flora brasileira um corante natural melhor do que os químicos, que, além de serem caros também são tóxicos quando usados em dosagem alta ou, em alguns casos, até em medidas convencionais", diz Maia. Os pesquisadores agora estão terminando de escrever o artigo sobre o estudo para apresentá-lo nos próximos meses nos EUA. O objetivo é comercializar o corante.

A cromovitrectomia, termo utilizado para essa modalidade cirúrgica com corantes, é recente e foi citada pela primeira vez em 2000 em um artigo sobre o uso da indocianina verde.

Colaborou IARA BIDERMAN

Folha Online, Equilíbrio e Saúde, 2/3/2010.

Pesquisa - Exposição a pesticida muda sexo de rãs, diz estudo

Atualizado em 2 de março, 2010 - 8h03 (Brasília) 11h03

Um estudo publicado nesta semana verificou que a exposição a um pesticida comum pode levar rãs do sexo masculino a mudarem de sexo, tornando-as capazes de se relacionar com outros machos e a botar ovos viáveis.

O estudo, publicado pela revista científica *Proceedings of the National Academy of Sciences*, se concentrou sobre o herbicida atrazina, amplamente usado em plantações de milho e cana-de-açúcar há várias décadas.

Segundo os pesquisadores, da Universidade da Califórnia, as rãs macho expostas ao pesticida sofreram com redução de testosterona, diminuição do tamanho das glândulas reprodutoras, desenvolvimento feminizado da laringe, supressão do comportamento de reprodução, redução da produção de espermatozoides e queda na fertilidade.

Em 10% das rãs estudadas, houve uma mudança completa de sexo após a exposição ao químico. Estudos anteriores com pássaros, peixes, camundongos e mesmo rãs já haviam identificado o desenvolvimento de indivíduos hermafroditas (características de ambos os sexos) após a exposição a pesticidas, mas esta é a primeira vez que um estudo verifica uma mudança de sexo total.

Segundo o pesquisador Tyrone Hayes, coordenador do estudo, os resultados podem ajudar a explicar o declínio da população de rãs em todo o mundo.

#### Críticas

O estudo foi questionado pela indústria química suíça Syngenta, uma das principais fabricantes do pesticida. Segundo a companhia, outras pesquisas teriam comprovado que o uso da atrazina não traz efeitos danosos para animais ou para pessoas.

A União Europeia proibiu a atrazina em 2004, mas o químico ainda é usado em países como o Brasil e os Estados Unidos.

Segundo os pesquisadores, o pesticida é o contaminante mais comumente encontrado no solo e na água nos Estados Unidos.

A agência americana de proteção ambiental (EPA, na sigla em inglês) anunciou em outubro uma revisão dos impactos do uso da atrazina sobre o ambiente.

#### Desenvolvimento

A pesquisa da Universidade da Califórnia analisou o desenvolvimento de 40 rãs africanas com cromossomos masculinos, desde a fase em que eram girinos, expostas a água com uma concentração de atrazina ainda dentro do limite considerado seguro pela EPA.

Esse grupo de rãs foi comparado com outro grupo de controle, também com 40 rãs do sexo masculino, desenvolvidas em água sem nenhum traço de atrazina.

Entre as rãs desenvolvidas na água com o pesticida, 10% se tornaram "fêmeas funcionais", capazes de copular com machos e botar ovos viáveis.

Os outros 90%, apesar de terem mantido características básicas do sexo masculino, apresentaram baixos níveis de testosterona e fertilidade.

Segundo os pesquisadores, esses machos tiveram um menor índice de sucesso na competição com outros machos não expostos à atrazina na competição pela atração de fêmeas.

Uma possível explicação para o fenômeno, segundo Hayes, é que a atrazina absorvida pelas rãs seria capaz de ativar um gene normalmente inativo em rãs do sexo masculino.

Isso produziria uma enzima com a capacidade de converter o hormônio masculino testosterona no hormônio feminino estrogênio.

BBC, Ciência e Saúde, 2/3/2010. Publicado também em Portal Diário do Pará, Mundo, 2/3/2010 e no Portal G1, Ciência e Saúde, 2/3/2010.

Política de C&T - Bionorte tem como uma de suas metas o combate ao desflorestamento

2/3/2010 - 7h50

Continuar o combate ao desflorestamento, controlar a malária e estabelecer uma engenharia financeira para a Amazônia são algumas das prioridades da Ciência, Tecnologia e Inovação para os próximos 12 anos. A informação é do secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (Seped), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Luiz Antônio Barreto de Castro. O secretário e membros do Conselho Diretor da Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal (Bionorte) participaram nesta segunda-feira (1) de reunião de trabalho no MCT.

No encontro Barreto de Castro apresentou os resultados alcançados no Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação 2007-2010 (PAC,T&I). De acordo com ele, um dos resultados foi a criação da Rede Bionorte, em 2008. Ela tem como objetivo apoiar os nove estados da Amazônia Legal, fortalecendo a infraestrutura e formando recursos humanos para a melhoria da pesquisa. Com a Rede Bionorte, a Seped procura reduzir as diferenças locais no desenvolvimento científico e tecnológico.

No mesmo ano, em parceria com os governos estaduais, foram criados 10 institutos temáticos ou centros de pesquisa, com a estratégia de redução dos desequilíbrios intrarregionais, entre eles: o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Madeiras da Amazônia, no Amazonas (AM); o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Febres Hemorrágicas Virais, no Pará (PA) e o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Áreas Úmidas, no Mato Grosso (MT).

Ainda em 2008, foi assinado o Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e a Guiana Francesa para criação do Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica (CFBBA). O Centro promove projetos conjuntos de pesquisa científico-tecnológica, transferência de tecnologia, formação e capacitação de recursos humanos e atividades no campo da biodiversidade.

Outro resultado do Plano de Ação foi a criação do Laboratório de Monitoramento Global de Florestas Tropicais, em Belém (PA). As obras do laboratório devem ser concluídas nos próximos meses. A instituição mapeará o desmatamento das florestas tropicais não só na Amazônia, como em todo planeta. "Conseguimos realizar muita coisa. O desafio é alcançar uma velocidade adequada para evolução nos próximos 12 anos", disse o secretário.

Participaram da reunião representantes do Ministério da Integração (MI), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa/MCT), do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE/MCT) e da Universidade Federal do Amazonas (Ufam).

CNTCI

Ainda na reunião, o diretor do CGEE, Antonio Carlos Filgueira Galvão, falou sobre a 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia (CNCTI), que se realiza de 26 a 28 de maio, em Brasília. Organizada pelo MCT e CGEE, a Conferência analisa os programas e resultados do PAC,T&I para formulação de uma política de governo com foco no desenvolvimento sustentável. "A Conferência será um canal de amplo diálogo com a sociedade e tem a Amazônia como tema importante das discussões", disse Galvão.

Agência C&T, 2/3/2010.

## Amazônia - Última semana de consulta pública para o MacroZEE da Amazônia

Esta é a última semana para o envio de contribuições para o Macrozoneamento Ecológico Econômico (MacroZEE) da Amazônia Legal, em consulta pública no site do Ministério do Meio Ambiente até sábado (06/03).

O diretor do Departamento de Zoneamento Territorial do MMA, Roberto Vizentin, participa de debate sobre o documento com professores e alunos da Universidade de Brasília, nesta terça-feira (02/03), às 9h, no Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB. Segundo ele, esses debates servem para registrar observações e críticas, o que enriquece o documento.

Vizentin disse que as propostas recebidas, até agora, são qualificadas e vão contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável da Amazônia. "Estamos recebendo propostas que acrescentam o documento", afirmou. Para ele, o número de contribuições deve aumentar nesta última semana de consulta pública.

O texto do MacroZEE foi debatido, no último sábado, durante o Encontro de Engenheiros Florestais, em Rondônia. Na próxima quarta-feira (03/03), será a vez de movimentos sociais do Mato Grosso darem sua contribuição ao documento, em debate no Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso.

Em consulta pública desde 27 de janeiro, o MacroZEE propõe um novo modelo de exploração dos recursos naturais e do uso do solo da região amazônica. O texto é resultado de quatro anos de discussões, com a participação de 14 ministérios e governos locais. Mesmo antes de colocar o texto em consulta pública, a sociedade já tinha espaço para opinar sobre o MacroZEE nas chamadas "mesas de diálogos". (Fonte: MMA)

Ambiente Brasil, 2/3/2010.

## Amazônia - Enchentes em Marabá desalojam famílias

As enchentes anuais dos rios Itacaiúnas e Tocantins, em Marabá, sudeste do Pará, que obrigam moradores a migrarem de vários bairros da cidade, têm preocupado os membros da Associação dos Flagelados e Sem-Teto (AFTRM). Criada em 2004, a entidade tem lutado para amenizar a situação das inúmeras famílias que sofrem todos os anos com as cheias. Para o presidente da associação, Walmar Rossi, a situação dos moradores da região alagada é caótica, e o problema já perdura há mais de 30 anos sem que as autoridades constituídas tomem qualquer providência.

"Apesar de inúmeras famílias atingidas anualmente, até hoje nenhuma autoridade apresentou qualquer iniciativa ou proposta para resolver a questão", diz Walmar Rossi. Indignado, o presidente de honra da associação, José Amarantes, ressalta destaca já mora há mais de 20 anos em Marabá e presencia a celeuma de perto, uma vez que reside em uma das áreas mais atingidas pelas cheias dos rios. Ele relata que, por conta do problema, o mercado imobiliário de alugueis tem inflacionado o setor todos os anos, no período das enchentes.

"Quem tem um pouco de condição é obrigado a alugar imóveis em outras áreas da cidade. Com isso, subiu consideravelmente o preço cobrado pelos proprietários de imóveis", analisa Amarantes, revelando também que até mesmo os móveis usados pelas famílias da região atingida são praticamente descartáveis. "As famílias comparam móveis para durar apenas um ano, e os mesmos acabam inutilizados durante as mudanças de região", continua

O Liberal, Atualidades, 2/3/2010.

Amazônia - Plano de zoneamento da Amazônia é aposta para acabar com conflitos

02/03/2010

Local: São Paulo - SP

Fonte: Valor Econômico

Link: <http://www.valoronline.com.br/>

Danilo Fariello

Uma solução para os entraves ambientais na exploração econômica da Amazônia deverá ser desengavetada pelo governo federal ainda neste ano. O Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal é um projeto de décadas do Ministério do Meio Ambiente (MMA), cuja consulta pública termina sexta-feira. Apesar da iniciativa em estágio avançado, apoiada por 14 ministérios e os nove Estados da região, o desafio político para sua implantação traz ceticismo até para os ambientalistas, que veem o plano como algo bom e controverso demais para uma rápida aceitação.

Se virar lei da forma como apresentado à consulta pública, o projeto subverterá as regras para licenciamento ambiental de hidrelétricas e obras de transporte. Uma das medidas é condicionar a implantação dos projetos ao planejamento integrado de toda a área em que serão construídas as usinas, compondo mesorregiões integradas. Isso significa que a questão socioambiental não será mais a última etapa de concepção de um projeto de infraestrutura, mas sim uma das primeiras.

Embora o plano geral possa ser instaurado por decreto da Presidência, alguns temas mais polêmicos, que esbarram na legislação para licenciamento, podem ter de ser levados a debate no Congresso. "É uma iniciativa para convergir políticas para indução de uma exploração ordenada, e não restritiva", diz Roberto Ricardo Vizentin, diretor de zoneamento territorial do MMA. Exemplo disso seria liberar financiamentos públicos só a projetos que respeitem as regras do zoneamento. O plano também reage ao Tribunal de Contas da União (TCU), que vê falta de sinergia entre políticas públicas.

O macrozoneamento definirá dez áreas segundo a possibilidade de exploração ecológico-econômica e, a partir disso, os projetos seriam concebidos. São locais de preservação mais rígida, o coração da Amazônia e a região da fronteira com o Pantanal. Outras duas áreas indicam as zonas de fronteiras de exploração que, pelo projeto, teriam controle severo para conter o avanço agropecuário e mineral.

Outras seis áreas, os territórios-rede, preveem a regulamentação e exploração coordenada do espaço. Nessas áreas, estão definidas metas para ordenamento de exploração de mineração, logística, agroindústria, entre outros.

As demarcações respeitam o que já existe de exploração econômica estabelecida nas regiões, destaca Vizentin. "Mas são os elementos da natureza que desempenham papel central no zoneamento e não só o econômico", afirma Vizentin.

As principais entidades que representam o setor produtivo ainda não responderam à audiência, mas sinalizaram que enviarão contribuições para ajustar a norma e ratificá-la, diz Vizentin.

No governo, a aceitação parece ser ampla. Do setor que pode representar maior passivo ambiental na Amazônia, o Ministério de Minas e Energia (MME), afirma ser "altamente favorável ao processo, porque agrega o econômico ao ambiental". O próprio projeto, na página 67, reconhece que na Amazônia encontram-se 70% do potencial hidrelétrico nacional.

Experiências do que resultaria da aprovação do macrozoneamento já foram feitas em obras específicas. Na polêmica pavimentação da rodovia BR-163, que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA), que corta a Amazônia, o projeto já foi concebido com um plano de desenvolvimento sustentável para a região. O mesmo ocorreu na concepção logística para exploração da Petrobras em Urucu (AM) e para mineração na Floresta Nacional de Carajás (PA), destaca o MME. "Se esse planejamento integrado for adotado, vamos diminuir muito os conflitos", diz o diretor do MMA.

A transformação do macrozoneamento em lei, porém, carrega em si um risco grande para o desenvolvimento da infraestrutura regional. Se, na prática, ele não for adotado, ou seja, se um projeto de infraestrutura for concebido pelo governo sem planejamento da mesorregião, a sociedade civil terá nas mãos um grande trunfo para emperrar os empreendimentos.

Atualmente, organizações não-governamentais (ONGs) e Ministério Público buscam, na Justiça, liminares para interromper obras como a construção da usina de Belo Monte no Pará. Com o macrozoneamento pronto, e se não respeitado, eles teriam nova munição para barrar tais obras na Justiça.

Na concepção do governo, porém, o macrozoneamento evitaria o que ocorreu na liberação da licença prévia de Belo Monte pelo MMA, que foi acompanhada de condicionantes que exigiram R\$ 1,5 bilhão a mais no custo da obra. A decisão foi interpretada por empreendedores e ambientalistas como "barganha" do governo, cobrando custo alto para liberar uma obra rodeada de polêmicas. Com o zoneamento, esses valores seriam previstos com antecedência maior e o custo desse desenvolvimento não seria repassado ao empreendimento.

Amazônia.org, 2/3/2010.

Amazônia - Opinião - "O que está em jogo no Madeira é o planejamento para a última grande fronteira amazônica"

01/03/2010 - 04h03

Por Fabíola Munhoz, do Amazônia.org.br

Lançado na semana passada, o livro *Conflitos Sociais no "Complexo Madeira"*, faz o mapeamento de todas as áreas de conflito existentes na região de abrangência do rio Madeira, na Amazônia.

Reunindo estudos de pesquisadores de algumas das principais unidades de ensino superior amazônicas, como Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e Universidade Federal do Pará (UFPR), a obra tem como objetivo apresentar dados sobre a ocupação histórica dessa área estratégica e de crescente interesse econômico, por povos tradicionais, como índios, quilombolas e ribeirinhos.

O coordenador do projeto, o antropólogo da Universidade do Estado do Amazonas, Alfredo Wagner, que, desde 1972 estuda a região amazônica, concedeu entrevista exclusiva ao site [Amazonia.org.br](http://Amazonia.org.br), em que fala sobre os empreendimentos que atualmente impactam a área de influência do rio Madeira, gerando conflitos e impactos socioambientais graves.

Wagner afirma que obras, como as usinas de Jirau e Santo Antônio, bem como o asfaltamento das BR-319 e BR-317, poderão retalar um dos últimos redutos de biodiversidade intacta e cultura nativa da Amazônia. Ele também compara as audiências públicas sobre esses empreendimentos ao desenvolvimentismo autoritário da época da Ditadura. Confira.

#### **Amazonia.org.br- De quem foi a ideia de produzir este livro?**

Alfredo Wagner- Nós temos o projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, e estamos em contato com várias associações de ribeirinhos, indígenas e quilombolas lá da região do Alto Madeira, na fronteira com a Bolívia. E, no Fórum Social Mundial, estivemos em contato com o movimento campesino boliviano. Sobretudo, os pescadores artesanais e os ribeirinhos foram nos solicitando o mapeamento das áreas das comunidades, das territorialidades específicas. Então, nós fomos fazendo esse trabalho, ministrando para eles noções de GPS, discutindo com eles a legislação ambiental, a legislação relativa a comunidades e povos tradicionais e os instrumentos jurídicos pertinentes e referentes a essas leis. Com isso, fomos produzindo um mapa bastante detalhado que acompanha o livro, e pega todos os conflitos socioambientais, todas as áreas reservadas e todas as territorialidades específicas em que essas comunidades de pescadores artesanais, ribeirinhos, castanheiros, quilombolas e povos indígenas foram se constituindo.

#### **Amazonia.org.br- Quanto tempo foi necessário para conclusão deste trabalho?**

Wagner- Nós demoramos dois anos para fazer isso. O trabalho pegou a fase de início do licenciamento das usinas do Madeira e foi simultâneo ao início da obra, agora que os consórcios já estão começando a construir as barragens. Então, foi possível acompanhar em algum lugar o deslocamento compulsório de povoados, as audiências públicas [sobre o projeto das hidrelétricas], e ver o tipo de participação e a limitação dessa participação. Tem alguns pesquisadores aqui que até chegaram a produzir teses sobre isso.

#### **Amazonia.org.br- Os conflitos sociais da região do Madeira são todos decorrentes de empreendimentos como as usinas de Jirau e Santo Antônio, ou há outros problemas estruturais, que fazem parte da realidade local?**

Wagner- A ideia da área de influência do Complexo do Madeira, no nosso ponto de vista, não são cinco, dez, vinte quilômetros de cada lado. Se nós pegarmos desde a região de Pando, na Bolívia, até a desembocadura do Amazonas, nós vemos mais 60 milhões de hectares em jogo. E eles estão palmilhados por estradas como a BR-319 ou a BR-317, que pega lá no Purus, na boca do Acre, e Lábrea (AM). Também, por: hidrelétricas, hidrovia, estradas como a BR-230, que corta área indígena e, inclusive, tem uma cobrança de pedágio, a situação dos garimpos no Madeira, empresas de certificação como a antiga Getal, que vendeu sua área a um grupo pertencente a um banqueiro britânico e gerou uma suspeição sobre as irregularidades nessa compra de terra. A ideia desse Complexo do Madeira é, então, uma simultaneidade de intervenções.

**Amazonia.org.br- Esse contexto de intervenções e conflitos pode ser comparado ao cenário causado por outros empreendimentos na Amazônia?**

Wagner- Sim. Isso já ocorreu em outras áreas amazônicas. No período ditatorial, isso ocorreu no Carajás (PA). Você tinha minas de ferro guza, ferrovias, porto da Madeira, e tudo isso feito simultaneamente na serra do Carajás e no porto de Itaquí por onde ainda se escoava a produção de minério. E, no caso do Pará, isso foi feito na Ditadura sem uma regularização fundiária, o que gerou os conflitos, até hoje, incontroláveis no Sudeste do Pará, no oeste do Maranhão e no norte do Tocantins. A gente não tem nem estimativa do número, que são dezenas de milhares, de mortos nos conflitos. Aqui no Madeira, as coisas são feitas num momento democrático. Tem audiências públicas, mas tem outros tipos de, digamos, arbitrariedades que devem ser discutidas para se aperfeiçoarem os procedimentos democráticos. São audiências públicas com pouca participação, limitando a participação das pessoas. Esse foi um elemento que a gente percebeu.

**Amazonia.org.br- Vocês pretendiam, com esse estudo, suprir a falta de participação popular durante as consultas públicas sobre as obras na região do Madeira?**

Wagner- Não foi nossa pretensão fazer isso. Nós ouvimos reclamações, mas não substituímos ninguém, não falamos em nome de ninguém. Somos um projeto de pesquisa de universidades amazônicas, que têm advogados especialistas em Direito Ambiental, antropólogos, sociólogos, economistas, engenheiros agrônomos e biólogos. Vários pesquisadores produziram dissertações de mestrado sobre o assunto. Isso também está ajudando o conhecimento dessa realidade localizada.

**Amazonia.org.br- Por que, em sua opinião, as audiências públicas para apresentação do projeto do Complexo do rio Madeira não foram suficientemente democráticas?**

Wagner- Para as consultas públicas, houve pouco acesso a informação prévia. Isso foi observado em dissertação de mestrado de colegas nossos pesquisadores. Nossa preocupação é aprimorar procedimentos democráticos e, ao mesmo tempo, fazer distinção para outros momentos autoritários em relação à Amazônia. Isso é um dado significativo de discutirmos isso hoje. Essa região de fronteira agrícola, sociológica, como é a Amazônia, parece que é um lugar que não tem lei e onde é muito restrita a circulação de informações. Então, um dado que a gente percebeu nas audiências públicas foi pouco acesso a informações prévias relativas aos empreendimentos. E os empreendedores tendo quase o total do tempo para falar.

**Amazonia.org.br- A partir do que você e outros pesquisadores ouviram da população local, quais têm sido os impactos mais graves da construção das hidrelétricas do rio Madeira?**

Wagner- Uma vez que as usinas não vêm sozinhas, mas vem também o asfaltamento da BR 319, agora o licenciamento da BR-317, já tinha o problema da Transamazônica estar cortando a área indígena Tenharim. Só isso, são três eixos rodoviários importantes. O que nós sentimos foi uma falta de discussão aprofundada das formas de reassentamento prévio. Como as

comunidades tradicionais manejam os recursos naturais na ocupação da terra? Essa discussão ficou de fora. Não se fala que existe gestão comunitária dos recursos naturais, fala-se apenas em assentamento. Os projetos de assentamento, mesmo os extrativistas, têm uma pressuposição de que parcelar, dividir, é o modelo universal de assentar, e ele não respeita a especificidade de uma região como essa.

Se você pensar, essa é, sem dúvida alguma, a última grande fronteira amazônica. Tem um ramo de estrada que joga para Tefé, lá no Solimões, tem outro ramo que de lá joga no Juruá. Tem um ramo que vai lá para Benjamin Constant, uma que sai de Lábrea cortando tudo. Então, com isso, você vai retalhar o último grande espaço amazônico. Aqui no Estado do Amazonas, são 157 milhões de hectares, o Brasil tem 850 milhões de hectares. Você vai ver que tem ramais que se expandem e já estão na fronteira com a Colômbia e com o Peru. Então, é a última grande fronteira. O que está em jogo no Madeira é o procedimento de planejamento governamental para a última grande fronteira amazônica. Nós estamos discutindo o futuro da Amazônica, não tenha dúvida disso.

Tudo o que estou te falando está no mapa com ponto de GPS pego. Isso você não vai encontrar em mapa oficial nem em banco de dados de nenhuma instituição. É uma informação super detalhada. Se você, por exemplo, quiser saber quais os municípios com maior índice de desmatamento, você tem o norte de Mato Grosso. Se você quiser saber onde estão os processos do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), quais as áreas de subsolo já requisitadas, onde estão as licitações da Petrobras, tudo isso está se dando na grande região do Madeira.

Então, tem petróleo, ouro, terras indígena, ribeirinhos, recursos hídricos, antigas empresas madeireiras de certificação, pelas quais as pessoas, por um clique, adquirem cotas para conservação na Europa. Esse site da empresa britânica que comprou a área da Getal, numa só semana de agosto, teve 20 mil acessos. E, no livro, a gente conta quanto eles pagam em libras por meio acre, que é a cota que eles vão vender. Então, quer dizer que tem um mercado de terras que está sendo acionado nessa região da Amazônia. Isso, sem dizer privatização de florestas públicas que começa na região do Jamari, que também está próxima a Porto Velho (RO). Essas discussões todas nos levaram a produzir esse mapa com os detalhes e todos os conflitos socioambientais, envolvendo quilombolas, pescadores artesanais, os chamados ribeirinhos...

**Amazonia.org.br- Além do impacto ambiental desses empreendimentos, pode-se dizer que desalojar a população tradicional que lá vive tem como impacto a perda da cultura desses povos?**

Wagner- Seguramente. Há uma insensibilidade muito grande para essas questões étnicas, culturais, para a questão da reprodução dos grupos, como eles se reproduzem física e socialmente. Nesse sentido, tem um parentesco com procedimentos de outros momentos históricos que tratam tudo de uma maneira autoritária, homogenizam e perdem de vista essa diversidade cultural e afetam, com isso- e para mim esse é maior impacto-, a autoconsciência cultural que os grupos têm, que cada um tem da sua situação.

**Amazonia.org.br- Há, ainda, possibilidade de esses estudos, que dão voz à população local, surtirem algum efeito, se a construção das usinas já começou?**

Wagner- As obras já estão em andamento, houve pouca informação prévia, e as pessoas têm uma ideia de progresso que move tudo, e é muito soberana, dominante e definitiva. E ela considera todos esses povos tradicionais como arcaicos, vivendo sobre uma economia primitiva. No entanto, se você for ver, são essas comunidades que são mais balizadas com o futuro das áreas mais preservadas. São as áreas onde eles ainda estão as mais preservadas, onde as águas estão mais límpidas, onde a cobertura vegetal está mais integral. Inclusive, em

Alcântara (MA), são os quilombolas de lá que mantêm o local preservado. Essa binacional Brasil-Ucrânia entrou lá na área devastando tudo e nem licenciamento ambiental têm. Foram os quilombolas que se contrapuseram a eles.

**Amazonia.org.br- Há ações pelas quais o governo e os empreendedores possam compensar os impactos dessas obras?**

Wagner- Sobre isso aí teria que abrir um processo amplo de discussão, um processo mais efetivo de participação do que foram as audiências públicas. Esses mecanismos de participação que estão aí são um avanço em relação à Ditadura, ou Tucuruí, e Itaipu também, ou no São Francisco. Até hoje, nesses lugares, está todo mundo desalojado, muitos deles sem indenização.

O nosso ponto de vista é o ponto de vista das comunidades tradicionais. A nossa ideia é trazer a experiência das comunidades tradicionais para dentro do planejamento. Faltam articulação e criação de mecanismos de participação mais amplos.

Amazônia.org, 2/3/2010.

Amazônia - Amazônia pode ser eleita uma das sete maravilhas

Segunda-feira, 1/3/2010, 17h36

Quatro anos após a eleição que fez do Cristo Redentor uma das sete novas maravilhas da natureza, a ONG Suíça New Seven Wonders, comanda uma nova edição do concurso. A Amazônia está entre as atrações naturais do país que concorrem a uma das sete vagas do ranking.

Em recente visita a Belém, o Coordenador Nacional da Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux, Aristides de La Plata Cury, que comanda a campanha no país, revelou que as chances de a Amazônia ser eleita, são grandes. "A Amazônia é a melhor obra da natureza. Temos certeza de que ela ser escolhida por inúmeros motivos", afirma De La Plata, para quem a biodiversidade, as belezas naturais e a pluralidade dos povos amazônicos coloca a região à frente na competição.

Em Belém, a campanha é comandada pelo Belém Convention & Visitors Bureau, que reforça a idéia que a Amazônia merece estar em primeiro lugar no ranking.

A Floresta e as Cataratas do Iguaçu são as representantes brasileiras na disputa, que reúne outras 28 opções de votação como: Kilimanjaro, na Tanzânia; Grand Canyon, nos Estados Unidos; Ilha de Galápagos, no Oceano Pacífico; Maldivias, no Oceano Índico, entre outras.

A eleição foi dividida em duas etapas. Na primeira foram selecionadas 21 maravilhas finalistas, pelo voto popular. Na segunda fase, que começou este ano, as finalistas estão sendo novamente submetidas à votação popular, pela internet. O resultado final será divulgado no segundo semestre de 2010. Para votar, basta acessar [www.belemcvb.com.br](http://www.belemcvb.com.br) ou [www.wonderamazon.com](http://www.wonderamazon.com). Em 2011 serão anunciadas as sete grandes vencedoras.

(Diário Online)

Portal Diário do Pará, Pará, 2/3/2010.

Amazônia - Apresentadora supera rio Amazonas de caiaque

Helen Skelton, da BBC, aceitou desafio para ajudar a arrecadar doações.

1/3/10 - 13h58 - Atualizado em 1/3/10 - 14h

Da BBC

Uma apresentadora de um programa infantil da BBC completou a travessia do Rio Amazonas de caiaque, percorrendo pouco mais de 3.234 quilômetros em quase seis semanas.

Helen Skelton, de 26 anos de idade, foi recebida no domingo com aplausos ao cruzar a linha de chegada em Almeirim (PA).

Ela iniciou a viagem no último dia 20 de janeiro no Peru e quebrou dois recordes mundiais - ao se tornar a primeira mulher a percorrer todo o rio remando e por ser a mulher a percorrer a maior distância de caiaque em apenas um dia.

A apresentadora do programa Blue Peter, que nunca havia andado de caiaque até iniciar o treinamento para a travessia, remou cerca de 96 km por dia, seis dias por semana.

"Foi duro, mas tive momentos bons o suficiente para fazer o desafio valer a pena", disse Skelton.

"Tenho muita sorte de ter pessoas impressionantes em minha vida que me levantaram quando as coisas ficaram difíceis e, mais importante, me inspiraram para seguir em frente."

"Meu traseiro está ferido, meus ombros, doídos, e (a dor nos) músculos do meu pescoço tornam difícil sentir a diferença entre minha cabeça e meus ombros, mas para ser sincera, estou orgulhosa dos 'ferimentos de guerra'."

"Acho que você não deve evitar fazer as coisas porque pode ser muito duro ou porque você pode fracassar", disse ela, afirmando que, se você se empenhar, você nunca sabe até onde pode chegar.

A travessia do Rio Amazonas faz parte do desafio britânico bienal chamado Sport Relief, no qual personalidades são incentivadas a realizar feitos esportivos e arrecadar doações para ajudar pessoas necessitadas da Grã-Bretanha e também de países em desenvolvimento.

Portal G1, Mundo, 2/3/2010.

Política Regional - Pará terá caixa de R\$ 1,3 bilhão em 2010

Terça-feira, 2/3/2010, 9h29

O Banco da Amazônia está credenciado, segundo palavras de seu próprio presidente, Abidias José de Sousa Júnior, como “solução financeira” para os empreendedores interessados em investir no Pará. Abidias Júnior fez esta declaração ao participar, ontem à tarde, com a governadora Ana Júlia Carepa, da cerimônia de assinatura do protocolo de intenções entre o Banco da Amazônia e o Governo do Estado para garantir a aplicação R\$ 1,3 bilhão no Estado em 2010.

O montante é oriundo de fontes gerenciadas pelo Banco da Amazônia - do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do BNDES e do Orçamento Geral da União (OGU), além do próprio caixa do Banco da Amazônia. Sua aplicação está condicionada, porém, a diversas ações em conjunto da instituição e do governo estadual.

Eles deverão atender às necessidades prioritárias de financiamento, de acordo com a importância das atividades financiadas para a economia local. Adicionalmente, também serão disponibilizados recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Fundo da Marinha Mercante (FMM), cujas dotações em 2010 para aplicação na Região Norte são de R\$ 1 bilhão e R\$ 150 milhões, respectivamente.

Ao apresentar o plano de aplicação de recursos do FNO e dos planos estaduais de aplicação de recursos, Abidias Júnior citou alguns números surpreendentes. Ele disse, por exemplo, que o Banco da Amazônia projeta investir, com recursos do FNO, no atual exercício financeiro, um valor em torno de R\$ 3 bilhões em toda a região. Isso representa, conforme frisou, quase o mesmo valor (R\$ 3,5 bilhões) investido pelo Fundo num período de quase quinze anos, entre 1989 e 2002.

Ainda segundo o presidente, o banco responde por 71% de todo o crédito de fomento liberado para a Amazônia, ficando o conjunto as demais instituições financeiras, públicas e privadas, com os restantes 29%. De 2007 para cá, segundo ele, o banco triplicou o volume do seu crédito de fomento e duplicou a carteira comercial, o que demonstra a irrigação financeira que promove regularmente na economia da região Norte, nos mais diferentes setores de atividade.

A governadora Ana Júlia Carepa reconheceu que o Banco da Amazônia tem dado “uma contribuição muito importante” ao desenvolvimento econômico do Pará e garantiu que o Estado se encontra em condições de absorver investimentos adicionais aos R\$ 1,3 bilhão anunciados ontem pelo presidente da instituição. “Se houver sobra nos outros Estados, pode trazer para cá que o Pará saberá onde e como investir o dinheiro”, disse ela, dirigindo-se a Abidias Júnior.

Ana Júlia fez questão de destacar as grandes possibilidades de investimento que estão se abrindo no Pará como resultado de projetos estruturantes e políticas públicas que estão sendo executados pelo Governo do Estado e pela União Federal. Entre eles, a ampliação do porto de Vila do Conde, a conclusão das eclusas de Tucuruí, o asfaltamento das rodovias BR-230 (Transamazônica) e BR-163 (Cuiabá/Santarém) e os pesados investimentos em curso no município de Marabá, onde será construído um complexo portuário e consolidado o Distrito Industrial.

A QUEM BENEFICIA

RECURSOS

Os recursos disponibilizados pelo Banco da Amazônia poderão ser acessados por empreendedores interessados em investir no Pará em projetos que sejam considerados interessantes para o desenvolvimento econômico do Estado.

Portal Diário do Pará, Pará, 2/3/2010.

Infra-estrutura - Ana Júlia: elevado da Júlio César será inaugurado em maio

Edição de 2/3/2010

O elevado da avenida Júlio César será inaugurado em maio deste ano. A informação foi confirmada pela governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, na manhã de ontem, durante entrevista concedida ao programa "Santino Soares", da Rádio Liberal AM. Na ocasião, a governadora lembrou que o elevado representa a primeira etapa do projeto Ação Metrópole, do governo estadual, que inclui revitalização de 14 quilômetros da rodovia Arthur Bernardes, conclusão da avenida Dalcídio Jurandir, duplicação da avenida Perimetral, construção de túnel na avenida Doutor Freitas e a conclusão da avenida João Paulo II.

A última etapa, cuja obras estão previstas para começar em 2011, prevê ainda intervenção nas avenidas Augusto Montenegro e Almirante Barroso.

"Mas ela só pode ser feita depois da primeira etapa, senão vai engarrafar ainda mais o trânsito. É uma obra que vai eliminar esse gargalo que dificulta o acesso ao centro da capital para pelo menos dois milhões de pessoas", destacou a governadora. A meta do Ação Metrópole é construir um sistema integrado de transportes. "Isso vai criar, além dos terminais de integração, o bilhete único para a população, que vai pagar uma única passagem mesmo tendo que pegar mais de um ônibus".

Durante a entrevista, a governadora respondeu aos questionamentos em relação à saúde e segurança do Estado. Segundo ela, quando teve início o governo petista, há três anos, essas duas áreas estavam sucateadas. "Antigamente, na saúde, não se passava recurso para os municípios para ajudar os prefeitos na atenção básica. Para repassar recursos para os municípios, o prefeito tinha que dizer que estava apoiando o governo tucano. E hoje nós acabamos com isso. Eu repasso recursos para todos os 143 municípios", garantiu.

Segurança - Na área de segurança, a governadora destacou que foram investidos mais de R\$ 1 bilhão, com a contratação de 1,5 mil policiais militares e 79 delegados, investigadores e escrivão. "Temos mais de 1.140 viaturas que adquiri em três anos de governo", disse. "Nós conseguimos prender quadrilhas antes de cometer assaltos. A segurança é um problema que não é só local, mas nós estamos investindo e a sociedade sente uma presença maior da polícia", disse.

Amazônia Jornal, Cidades, 2/3/2010.

Energia - Belo Monte: EPE apresenta novo custo de construção na quarta-feira

02/03/2010

Local: São Paulo - SP

Fonte: Canal Energia

Link: <http://www.canalenergia.com.br/>

Empresa está finalizando os cálculos para fixar a estimativa final. Valor será encaminhado ao TCU

Alexandre Canazio

A Empresa de Pesquisa Energética informou à Agência CanalEnergia que o custo final da hidrelétrica de Belo Monte (PA-11.233 MW) deve ser apresentado na próxima quarta-feira, 3 de março. A EPE está finalizando o recálculo do custo de R\$ 16 bilhões devido a novas compensações ambientais impostas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis de R\$ 1,5 bilhão. A estatal avaliava em R\$ 2,5 bilhões os gastos ambientais da usina.

O novo valor terá que ser apreciado ainda pelo Tribunal de Contas da União e permitirá ainda que a Agência Nacional de Energia Elétrica aprecie o edital do leilão previsto para ocorrer até o dia 12 de abril. O montante pode alterar ainda o preço-teto sugerido de R\$ 68 por Mwh para o mercado regulado. A previsão anterior era que o novo cálculo de custo ficasse pronto na última sexta-feira, 26 de fevereiro.

Amazônia.org, 2/3/2010.

Terra & Trabalho - BB quer expulsar posseiros do seringal onde nasceu Marina Silva

01/03/2010

Local: Internacional - AC

Fonte: Terra Magazine

Link: <http://terramagazine.terra.com.br>

Altino Machado

O Banco do Brasil tenta obter na Justiça do Acre a expulsão de 25 posseiros que ocupam imóveis localizados na área onde existia a sede do antigo seringal Bagaço, na BR-364, a 35 quilômetros de Rio Branco. O Bagaço ficou famoso mundialmente por ser o local onde nasceu a senadora e ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva (PV-AC), pré-candidata à Presidência.

A área da sede do seringal, de 810 hectares, foi comprada pelo jornalista Walter Gomes, ex-diretor do jornal O Rio Branco, que apresentou o imóvel como garantia de um empréstimo junto ao Banco do Brasil, sem mencionar a existência de posseiros.

Walter Gomes morreu durante um acidente de trânsito, mas o Banco do Brasil já havia ajuizado contra ele uma ação de execução forçada de título extrajudicial para o retorno dos valores concedidos através de Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária.

O imóvel que compreende a antiga sede do seringal Bagaço foi arrematado pelo próprio Banco do Brasil e transferido ao arrematante como sua propriedade. Há 10 anos, o Banco do Brasil ajuizou na 1ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco uma ação ordinária de imissão de posse contra os 25 posseiros.

Após constatar que o imóvel encontrava-se ocupado por posseiros, o Banco do Brasil alegou à Justiça que “deparou-se com uma situação impeditiva do exercício de suas prerrogativas legais, no tocante a imissão na posse dos bens arremetados”.

A defesa dos posseiros contestou a ação com o argumento de que a ação de execução forçada de título extrajudicial contra Walter Gomes foi executada antes do vencimento. A defesa também refutou a alegação do banco de que não tinha conhecimento de que a área era ocupada por posseiros.

Walter Gomes jamais revelou aos posseiros que a área estava ou não hipotecada. Tanto as vitórias realizadas pela Justiça e pelo Banco do Brasil constataram a presença de posseiros. Alguns já ocupam a área há 50 anos.

Foi realizada em abril do ano passado uma audiência com a presença dos posseiros, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e do Banco do Brasil, quando as partes informaram que não dispunham de prova testemunhal.

Mas o representante do Incra lembrou na ocasião que existe um protocolo de intenções e cooperação entre a União e o Banco do Brasil, que tem por objeto estabelecer procedimentos necessários para se destinar ao Programa de Reforma Agrária imóveis rurais oferecidos ao Banco do Brasil em dação em pagamento, os poderes arrecadados ou adjudicados, bem como aqueles já incorporados ao seu patrimônio.

As partes pediram a suspensão do processo por seis meses para que o Banco do Brasil pudesse tratar do assunto com o Incra. O pedido foi atendido pelo juiz Laudivon Oliveira Nogueira, que exigiu do Incra informação sobre o procedimento interno, nos termos do protocolo de intenções e cooperação firmado com o Banco do Brasil, para aquisição do imóvel.

O Incra informou à Justiça que solicitou da Superintendência do Banco do Brasil que formalizasse uma oferta para que possa viabilizar a aquisição da área e regularizar a situação

das famílias de posseiros. O Banco do Brasil até hoje não se manifestou e o Incra até já realizou vistoria de identificação e avaliação da área.

- Nós não podemos revelar ainda em quanto avaliamos a área do seringal Bagaço para desapropriação e não entendemos o silêncio do Banco do Brasil sobre o assunto. Como acredito que a área será mesmo desapropriada, posso adiantar que a comunidade terá participação na hora que formos definir o modelo de ocupação - disse o superintendente do Incra, Carlos Augusto Paz.

Na última decisão, publicada no Diário da Justiça da semana passada, o juiz Laudivon Nogueira, deu prazo de cinco dias para que o Banco do Brasil, Incra e Instituto de Terras do Acre se manifestem.

- Antes de decidir, irei ao seringal Bagaço fazer inspeção judicial - disse o juiz.

A reportagem procurou o superintendente do Banco do Brasil no Acre, Edvaldo Sebastião de Souza, mas foi informada que o mesmo está ausente do Estado. Além do superintendente, ninguém está autorizado a se manifestar sobre o processo.

Marina Silva apóia a luta dos posseiros

A luta dos posseiros para que possam permanecer na área ganhou o apoio da senadora Marina Silva, que visitou a área em novembro, acompanhada do pai dela, Pedro Augusto da Silva, 81, e da deputada Perpétua Almeida (PC do B-AC).

Marina Silva disse na ocasião que existem três ações a serem realizadas em favor dos posseiros do seringal Bagaço.

- A primeira é a luta para que continuem donos de suas terras e posses; segundo, para que a dívida não venha a ser imputada aos posseiros; e terceiro, que possam receber mais benefícios dos governos.

A presidente da Associação dos Produtores Rurais do Seringal Bagaço, Maria do Carmo Oliveira, disse que a comunidade quer ter participação no modelo de regularização da terra mais adequado.

- Nós estamos impedidos de fazer empréstimos para aumentar a nossa produção. As portas se fecham para tudo porque a área é considerada do Banco do Brasil. Daqui uns dias não vamos poder mais brocar e fazer roçado. Abriam um ramal, mas estamos sem Luz para Todos. Além disso, não podemos vender nossas posses e nem temos condições de adquirir outras áreas. Vivemos lá há mais de 50 anos. Queremos que o banco se manifeste para resolver a situação - apela a presidente da Associação dos Produtores Rurais do Seringal Bagaço.

Quando se reuniu com os posseiros, a senadora Marina Silva sugeriu como modelo mais adequado de ocupação para os moradores do antigo seringal bagaço a criação de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável, que combina agricultura familiar e uso comum das áreas de floresta para extrativismo.

Amazônia.org, 2/3/2010.

Trabalho - Garimpeiros têm representação em Belém

02/03/2010

Local: Belém - PA

Fonte: Diário do Pará

Link: <http://www.diariodopara.com.br/>

Os garimpeiros de Serra Pelada que residem na Região Metropolitana de Belém e municípios vizinhos não precisam mais se deslocar para Curionópolis e lá tratar de assuntos de seus interesses. A Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada (Coomigasp) decidiu abrir uma delegacia na capital paraense. O presidente da Coomigasp, Gessé Simão, indicou para comandar a delegacia o garimpeiro Vitor Alvarado.

“Muitos garimpeiros, por problemas financeiros, não podem se deslocar para Marabá e Curionópolis e região e aqui terão o apoio de que necessitam”, explicou Alvarado, informando que mais de 500 garimpeiros que nos anos de prosperidade de Serra Pelada atuaram no garimpo hoje moram em Belém e municípios próximos. Ele disse que sempre há garimpeiros de outros Estados que visitam Belém, mas, por não conhecerem a cidade, acabam vítimas da violência urbana.

A nova delegacia, no bairro de São Brás, perto do terminal rodoviário, terá a missão de prestar esclarecimentos sobre direito à participação dos garimpeiros na retomada da mineração mecanizada em Serra Pelada, um projeto que na semana passada já obteve licença ambiental prévia do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Coema). A dúvida da maioria é se quem está atrasado com suas contribuições de associado à Coomigasp terá direito ou não na venda de ouro.

A aposentadoria dos garimpeiros - cujo projeto tramita na Câmara Federal - também é uma das preocupações da categoria. A delegacia terá um atendimento voltado para essas informações. O telefone para contato, 9907-0604, é do próprio Vitor Alvarado. A Coomigasp tem hoje cerca de 45 mil garimpeiros, mas pelo menos a metade está com suas mensalidades atrasadas. Há milhares de garimpeiros que simplesmente deixaram de pagar, logo depois do fechamento de Serra Pelada, em 1990.

O presidente da Coomigasp, Gessé Simão, destaca a importância da delegacia da entidade em Belém. “Há assuntos que podem ser decididos aqui mesmo, sem que os garimpeiros tenham que viajar para Curionópolis, como sempre ocorre”. Já foi autorizada a aquisição de computador, mobiliário e aluguel do imóvel.

Amazônia.org, 2/3/2010.

Populações Indígenas - Gripe suína contamina o primeiro índio no Pará

2/3/2010 - 8h49

Fonte: O Liberal

O primeiro caso de gripe suína entre indígenas foi confirmado no Pará. O paciente é Arawete Assurini, de sete meses, da etnia Assurini e morador da aldeia de Trocará, localizada no município de Tucuruí. A criança está internada no Hospital Universitário João de Barros Barreto, onde recebe medicação e acompanhamento especializado. Ela apresentou os primeiros sintomas da gripe 'A' na semana passada, sendo atendido na unidade de saúde de Tucuruí e, posteriormente, encaminhada à Santa Casa de Misericórdia, que constatou a presença do vírus H1N1 e providenciou os procedimentos de internação no Barros Barreto.

Segundo a assessoria de imprensa da Funasa (Fundação Nacional de Saúde), o caso do indiozinho é o primeiro da gripe 'A' confirmado em comunidade indígena do Estado. O órgão acredita que o contágio do paciente deve ter ocorrido em Tucuruí, já que antes do diagnóstico da gripe, Arawete foi internado com um quadro de pneumonia e outras doenças respiratórias. Porém, ao receber alta e voltar para a aldeia, apresentou febre e os outros sintomas da gripe suína.

O bebê foi trazido a Belém na última sexta-feira, quando foi internado na Santa Casa, onde teve o material de nasofaringe colhido para análise que confirmou a infecção pelo vírus H1N1, o que fez a equipe médica informar o caso à Vigilância Epidemiológica da Sesma (Secretaria Municipal de Saúde). A partir daí, Arawete foi internado no Barros Barreto, onde recebeu o antiviral específico.

Portal ORM, Saúde, 2/3/2010.

### **Bebê índio está com gripe A**

Este é primeiro caso confirmado entre indígenas no Estado; criança assurini mora próximo a tucuruí

Edição de 2/3/2010

O primeiro caso de gripe suína entre indígenas foi confirmado no Pará. O paciente é o pequeno Arawete Assurini, de apenas sete meses, da etnia Assurini, aldeia de Trocará, próxima a Tucuruí. O bebê está internado no Hospital Universitário João de Barros Barreto (HUIBB), onde recebe medicação e acompanhamento especializado. Ele teria apresentado os primeiros sintomas da gripe A na semana passada, sendo atendido na unidade de saúde de Tucuruí e, posteriormente, encaminhado à Santa Casa de Misericórdia, que constatou a presença do vírus H1N1 e providenciou os procedimentos de internação no HUIBB.

Segundo a assessoria de imprensa da Fundação Nacional do Índio (Funai), o caso de gripe A no indiozinho é o primeiro confirmado na comunidade indígena do Pará. O órgão acredita que o contágio do paciente deve ter ocorrido em Tucuruí, já que antes do diagnóstico da gripe, Arawete foi internado com um quadro de pneumonia e outras doenças respiratórias. Porém, ao receber alta e voltar para a aldeia, apresentou febre e os outros sintomas da gripe suína.

O bebê foi trazido a Belém na última sexta-feira e foi internado na Santa Casa, onde teve o material de nasofaringe colhido para análise que confirmou a infecção pelo vírus H1N1, o que fez a equipe médica notificar o caso a Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde (Sesma). A partir daí, Arawete foi internado no Barros Barreto, onde recebeu o antiviral específico.

De acordo com a assessoria da Funai, o indiozinho passa bem e já não está mais no isolamento. Ele está acompanhado dos pais e de uma biomédica do órgão.

Em nota, o Hospital Universitário João de Barros Barreto informou que o resultado do exame do bebê indígena deu positivo para o H1N1. Ele apresenta pneumonia e está dispneico.

Pará registra 19 casos somente em 2010

Febre, tosse e dispneia continuam sendo os principais sintomas de alerta para identificar a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), ponte de análise para a confirmação da Influenza A, a gripe suína, que chegou ao Brasil em abril de 2009 e foi responsável pelo contágio de milhares de pessoas. No Pará, só nesses dois primeiros meses de 2010, dados da Secretaria de Estado de Saúde Pública (Sespa) mostram que 19 pessoas foram infectadas pelo vírus H1N1 e que seis óbitos causados pela doença já assustam a população.

De acordo com o Departamento de Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde (Sesma) só em Belém já foram notificados 297 casos de suspeita da gripe suína. A secretaria informa que 15 casos aguardam resultado de exame laboratorial realizado pelo Instituto Evandro Chagas.

Ainda que o controle da doença seja de responsabilidade da Secretaria de Estado de Saúde Pública (Sespa), é a Sesma quem notifica os casos suspeitos, tanto na rede particular como na rede pública de saúde. Carlene Castro, da Sesma, diz que duas equipes de vigilância atuam no processo de investigação, recolhimento de notificação e entrega do antiviral específico (Tamiflu), mediante prescrição médica.

Hoje, pela manhã, a coordenadora de Vigilância Epidemiológica da Sespa, Ana Helfer, concederá entrevista coletiva para falar sobre a gripe A.

Governo pretende imunizar 90 milhões

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, afirmou ontem que 90 milhões de brasileiros deverão ser vacinados contra a influenza A (H1N1) - gripe suína - em dois meses. As informações são da Agência Brasil. "Esta será a maior campanha do mundo. Estou confiante de que faremos a diferença neste ano", afirmou o ministro.

Além disso, Temporão afirmou que os ministérios da Saúde e de Ciência e Tecnologia trabalham em busca de uma vacina contra a dengue. "É um longo caminho porque é uma doença complexa. (Mas), em cinco anos poderemos ter uma vacina."

A Campanha de Vacinação contra a influenza A (H1N1) começa dia 8 de março. "Vamos vacinar primeiro crianças saudáveis, mulheres grávidas e portadores de doenças crônicas", disse durante o seminário complexo industrial da saúde em São Paulo.

A vacinação termina no dia 21 de maio. Serão imunizados profissionais de saúde da rede de atenção básica e envolvidos na resposta à pandemia, indígenas, gestantes, crianças de 6 meses a 2 anos, jovens de 20 a 29 anos, adultos de 30 a 39 anos e pessoas com doenças crônicas (como diabetes, obesidade, asma e cardiopatias).

De acordo com a pasta, a ampliação do público-alvo a ser imunizado antes do início do próximo inverno, em junho, representa um aumento de 30 milhões de doses da vacina, totalizando 113 milhões.

Vacinação começa nesta quarta-feira e obedece protocolo

O calendário de vacinação contra a gripe A em Belém obedece o protocolo de enfrentamento da pandemia do Ministério da Saúde e obedecerá a ordem pré-determinada de acordo com cada um dos sete grupos a seguirem o perfil pandêmico. Carlene Castro, diretora do Departamento de Vigilância em Saúde (Devs) da Secretaria Municipal de Saúde (Sesma), informou que o período de vacinação já começa amanhã e que tem como objetivo imunizar, neste primeiro momento, apenas aos profissionais que atuam com saúde em toda a capital do Estado.

Cerca de 2.500 funcionários que atuam nos dois prontos-socorros municipais (da 14 de Março e do Guamá) e no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) serão os primeiros a serem imunizados contra o vírus H1N1. Além deles, também serão vacinados profissionais que trabalham nas unidades básicas de saúde, na Estratégia Saúde da Família (ESF), rede privada e Casa Dia, Casa da Mulher e Casa do Idoso, que deve totalizar em cerca de 14 mil imunizações a serem feitas até o próximo dia 19.

Já a população receberá as doses de vacina a partir da próxima segunda-feira (08). Porém, o processo de imunização ocorrerá em períodos distintos, já que obedecerá a ordem que atenderá aos sete grupos mapeados pelo Ministério da Saúde.

Carlene Castro, da Sesma, esclarece que as vacinas ocorrem de forma segmentada. Ou seja, as doses não são as mesmas a todas as pessoas a serem imunizadas. A diferença está nas doses destinadas às crianças e grávidas, pois não contêm o componente que pode ocasionar efeitos colaterais. "Isso significa que é preciso estar atento à dose correta. Há uma diferença e as pessoas precisam estar orientadas, pois o lote de vacinas aos pacientes desses dois grupos (crianças com idade entre um e dois anos) é diferente", orienta.

No primeiro dia da vacinação contra gripe A no Hospital Universitário João de Barros Barreto (HUJBB), foram vacinadas 680 pessoas, sendo 330 profissionais de saúde, 236 profissionais de outras áreas e 114 acadêmicos. Na Santa Casa, de 23 a 26 de fevereiro, foram vacinadas 2.243 pessoas entre trabalhadores e mulheres grávidas.

#### Calendário de vacinação para Belém\*

Período

Dias 3, 4 e 5 de março

De 8 a 19

De 8 de março a 21 de maio

De 22 de março a 2 de abril

De 22 de março a 2 de abril

De 5 de abril a 23 de maio

De 24 de abril a 7 de maio

De 10 a 21 de maio

Pacientes

Profissionais de saúde dos dois prontos-socorros (14 e Guamá) e do Samu

Profissionais que atuam na rede de saúde pública e privada

Grávidas

Doentes crônicos

Crianças com idade entre um e dois anos (aquelas que têm dois anos e um dia não serão imunizadas)

Adultos entre 30 e 39 anos

Idosos a partir de 60 anos (pacientes desse grupo também receberão a vacina contra a Influenza sazonal)

Adultos entre 39 e 40 anos

Amazônia Jornal, Cidades, 2/3/2010.

Populações Indígenas - TCU condena ex-coordenador de organização

02/03/2010

Local: Brasília - DF

Fonte: Tribunal de Contas da União

Link: <http://www.tcu.gov.br/>

O Tribunal de Contas da União (TCU) condenou Francisco Avelino Batista, ex-coordenador da União das Nações Indígenas do Acre e do Sul do Amazonas (UNI/AC) a devolver R\$ 588.916,99 à Fundação Nacional de Saúde (Funasa), por não prestar contas de recursos públicos federais.

A verba foi transferida, por convênio, para implantar um sistema de abastecimento de água em áreas indígenas. Batista ainda terá de pagar multa de R\$ 20 mil aos cofres do Tesouro Nacional em 15 dias. A cobrança judicial da dívida foi autorizada. Cópia da documentação foi encaminhada à Procuradoria da República no Acre para adoção das providências cabíveis. Cabe recurso da decisão. O ministro Aroldo Cedraz foi o relator do processo.

Amazônia.org, 2/3/2010.

Direitos Humanos - Presidente do CIMI é indicado ao prêmio Nobel Alternativo

02/03/2010

Local: São Paulo - SP

Fonte: Adital - Agência de Informações Frei Tito para a América Latina

Link: [www.adital.org.br](http://www.adital.org.br)

O presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Dom Erwin Kräutler, foi indicado ao prêmio Nobel Alternativo dos Direitos Humanos, por seu trabalho em defesa dos direitos das comunidades tradicionais do norte brasileiro. A presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ratificou, através de carta enviada à fundação Right Livelihood Award, a indicação do bispo.

Dom Erwin, nascido em Koblach, Áustria, veio para o Brasil em 1965, e desde então atua na defesa dos povos indígenas e do meio ambiente. Também realizou e incentivou denúncias contra a exploração sexual de crianças e adolescentes e lutou contra a impunidade dos autores do crime que resultou no assassinato da Irmã Dorothy Stang. Atualmente, atua contra a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu.

Fonte: CNBB

Amazônia.org, 2/3/2010.

Saúde - Marabá registra morte suspeita

02/03/2010

Local: Belém - PA

Fonte: Diário do Pará

Link: <http://www.diariodopara.com.br/>

Marabá pode ter registrado a primeira morte por gripe suína. Neste final de semana, uma mulher morreu no Hospital Regional do Sudeste "Geraldo Veloso" sob suspeita de infecção pelo vírus, o que ainda não foi comprovado oficialmente.

A paciente Emília Martins dos Santos, 26, que morava numa rua que dá acesso à Estrada de Ferro Carajás (EFC), no bairro Primavera, em Parauapebas, estava internada há pelo menos uma semana em Marabá. Ontem pela manhã, o infectologista do Hospital Regional, Alex Freitas, concedeu entrevista à Rádio Clube e disse que a mulher apresentava um quadro clínico semelhante ao da gripe suína.

Entre os sintomas, o infectologista citou que a mulher sentia fortes dores no tórax e febre alta. Porém, ele informou que deve ser coletada secreção da garganta da mulher para realização de exames em Belém a fim de definir se, de fato, ela foi vítima da doença.

Caso se confirme, esta será a sétima pessoa morta no Pará desde que foi verificada a circulação do vírus no Estado. Ontem pela manhã, o secretário de saúde de Marabá, Ademar Rafael Ferreira, disse que estava sendo sistematicamente sondado a respeito do óbito. No entanto, Ferreira declarou que a secretaria não tem recebido informações do Hospital Regional.

Até ontem, o corpo da mulher continuava no Hospital Regional e deve ser trasladado para Parauapebas nesta terça-feira, onde deve ser sepultado.

Os números da gripe

A Secretaria de Estado de Saúde (Sespa) confirmou, até agora, seis mortes por gripe A no Pará somente em 2010. Dentre essas, uma morte foi registrada em Belém e as outras cinco no interior do Estado. Cinco delas eram mulheres. Três delas estavam grávidas. Três delas tinham idade entre 20 e 34 anos.

Prevenção

- É indicado o uso de máscaras cirúrgicas descartáveis quando estiver em áreas afetadas.
- Ao tossir ou espirrar, cobrir o nariz e a boca com um lenço, preferencialmente descartável.
- Evitar aglomerações e o contato direto com doentes.
- Não compartilhar alimentos, copos, toalhas e objetos de uso pessoal.

Bebê índio infectado é internado no Barros Barreto

Uma criança índia de seis meses que contraiu a gripe Influenza A (H1N1) está internada no Hospital Barros Barreto mas, segundo o último boletim médico, seu estado de saúde é bom. Ela é da tribo Assurini, da aldeia Trocará, localizada no município de Tucuruí, e começou a apresentar sintomas da gripe no final do Carnaval.

Médicos da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) que atuam na aldeia, onde vivem 200 índios, perceberam que o caso poderia se agravar se o bebê não recebesse atendimento especializado em Belém.

Inicialmente transferida para a Santa Casa, a criança foi submetida a exames de secreção naso-faríngea, cujo resultado foi positivo para gripe A. Como a Santa Casa não é um hospital especializado no tratamento da doença, os médicos decidiram encaminhar o bebê para o

Hospital Barros Barreto, onde passou a receber medicação adequada e monitoramento permanente. Os pais do bebê estão hospedados na Casa do Índio, em Icoaraci.

Segundo a Funasa, o vírus da gripe foi contraído na cidade de Tucuruí, para onde os índios assurini viajam praticamente todos os dias. A aldeia Trocará fica a apenas 18 km da cidade, o que facilita o contato com os “brancos”. Os índios entram e saem da cidade a todo instante, utilizando bicicletas. A Funasa informou que deslocará uma equipe para a aldeia Trocará com a finalidade de fazer a coleta de material de todos os índios, incluindo adultos e crianças, para prevenir novos casos da doença.

#### Vacina

No próximo dia 15, de acordo com programação previamente estabelecida, os agentes da Funasa estarão vacinando toda a população da aldeia Trocará. O órgão mantém na aldeia um posto de saúde com médico e enfermeiros. Entre os dias 8 e 19 deste mês, cerca de 750 mil indígenas de todo o país e 9 mil profissionais que trabalham na área de atenção à saúde deverão ser imunizados durante a campanha de vacinação contra a Influenza A.

A principal estratégia nacional para o enfrentamento contra a gripe, juntamente com a rede de vigilância e assistência, é a vacinação de grupos prioritários, que será realizada em quatro fases, com a população indígena incluída na primeira fase. Na última quarta-feira, a Funasa também apresentou aos agentes de saúde o sistema de dados que vai ajudar a monitorar os casos de gripe entre os índios.

Amazônia.org, 2/3/2010.

Saúde - Temporão diz que campanha contra gripe suína pretende vacinar 90 milhões de brasileiros

1/3/2010 - 13h29

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, afirmou nesta segunda-feira (1º) que 90 milhões de brasileiros deverão ser vacinados contra a influenza A (H1N1) – gripe suína – em dois meses.

'Esta será a maior campanha do mundo. Estou confiante de que faremos a diferença este ano.'

Além disso, Temporão afirmou que os ministérios da Saúde e de Ciência e Tecnologia trabalham em busca de uma vacina contra a dengue. 'É um longo caminho porque é uma doença complexa. [Mas], em 5 anos poderemos ter uma vacina.'

A Campanha de Vacinação contra a influenza A (H1N1) – gripe suína – começa dia 8 de março. 'Vamos vacinar primeiro crianças saudáveis, mulheres grávidas e portadores de doenças crônicas', disse durante o seminário complexo industrial da saúde em São Paulo.

A vacinação termina no dia 21 de maio. Serão imunizados profissionais de saúde da rede de atenção básica e envolvidos na resposta à pandemia, indígenas, gestantes, crianças de 6 meses a 2 anos, jovens de 20 a 29 anos, adultos de 30 a 39 anos e pessoas com doenças crônicas (como diabetes, obesidade, asma e cardiopatias).

Veja o calendário de vacinação divulgado pelo Ministério da Saúde:

Profissionais de saúde e indígenas - 8 de março a 19 de março

Gestantes, doentes crônicos e crianças de 6 meses a 2 anos - 22 de março a 2 de abril

Jovens de 20 a 29 anos - 5 de abril a 23 de abril

Idosos (mais de 60 anos) com doenças crônicas - 24 de abril a 7 de maio

Pessoas de 30 a 39 anos - 10 de maio a 21 de maio

Fonte: Agência Brasil

Portal ORM, Saúde, 2/3/2010.

Meio Ambiente - País ainda não desenvolve economia verde

02/03/2010

Local: São Paulo - SP

Fonte: Amazonia.org.br

Link: <http://www.amazonia.org.br>

Enquanto países como Estados Unidos e China investem bilhões no desenvolvimento científico para ampliar a economia de baixo carbono, o Brasil não tem sequer um modelo nacional, afirmam acadêmicos e ambientalistas. As informações são do jornal Folha de S. Paulo.

Segundo a Folha, no setor privado, negócios verdes esbarram em gargalos, como estrutura tributária inadequada, falta de marco regulatório e ausência de incentivo. Nessa corrida, o país tem as vantagens da biodiversidade e de escolhas feitas no passado (como a aposta no álcool e na hidroeletricidade). No entanto, desperdiça o enorme potencial de outras fontes de energia, como solar, eólica e de biomassa, e avança lentamente em áreas-chave, como etanol celulósico, segundo especialistas.

"Talvez esse conforto esteja trazendo uma reação de certa forma comodista, diferentemente dos países premidos por urgência de mudança energética, que estão fazendo esforços para diversificar suas fontes de energia e mudar padrões produtivos e de consumo", afirma ao jornal o economista Ricardo Abramovay, do Núcleo de Economia Socioambiental da USP.

Globalmente, uma fatia média de 16,4% dos pacotes de estímulo lançados no ano passado para mitigar os efeitos da crise econômica foi "verde" (US\$ 513 bilhões em 17 grandes economias), segundo o HSBC. A Bloomberg New Energy Finance estima que 16% desses fundos verdes sejam destinados a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias limpas.

No Brasil, só R\$ 1,5 bilhão, ou cerca de 5% do total de estímulos fiscais anticrise, focou o setor produtivo "limpo", como o Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) reduzido para carros "flex".

E, segundo levantamento do Ministério do Meio Ambiente, feito em todas as pastas a pedido da Folha, em 2009, o governo gastou R\$ 2,5 bilhões em ações verdes (R\$ 380 milhões diretamente ligados à pesquisa, sem contar atividade espacial). O montante, fatia de 0,36% do Orçamento executado (descontadas estatais e transferências), é considerado baixo e "questionável" por especialistas, por contar programas que não teriam relação com a área, como Luz para Todos (que leva energia a locais isolados) e Pronaf (de agricultura familiar).

A geógrafa da UFRJ Bertha Becker, especialista na questão amazônica, diz que "ainda não estão claramente definidos" o que são "desenvolvimento sustentável" e "economia verde", mas que investimento em pesquisa e ciência "certamente ajudaria" o país a criar um modelo de uso inteligente dos recursos.

"Se não investirmos em capacitação científica, para ficarmos na ponta do desenvolvimento de baixo carbono, vamos ficar para trás. No século 20, não fizemos, os asiáticos fizeram. Agora, está zerando de novo a capacidade produtiva. Quem investir mais se destacará", afirma Abranches.

Amazonia.org, 2/3/2010.

Meio Ambiente - Florestas públicas podem gerar US\$ 1,8 bilhão por ano  
01/03/2010

Local: São Paulo - SP  
Fonte: Amazonia.org.br  
Link: <http://www.amazonia.org.br>

Considerada a principal estratégia do governo para fomentar a economia sustentável na Amazônia, a concessão de florestas públicas ainda está subexplorada. Aprovada em 2006, a expectativa era de, em dez anos, licitar 13 milhões de hectares, mas até agora o governo só licitou 96 mil hectares para a exploração sustentável de floresta. A informação é do jornal Folha de S. Paulo.

Segundo Roberto Waack, presidente da Amata, empresa que ganhou o leilão de um lote da Floresta do Jamari (RO), as florestas que podem ser licitadas têm potencial para girar ao menos US\$ 1,8 bilhão ao ano. O valor é ampliado quando se consideram o extrativismo e as cadeias industriais da madeira.

Ainda no primeiro semestre de 2010, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) deve conceder mais 700 mil hectares. Segundo o diretor-geral do SFB, o atraso aconteceu porque "a previsão da época esqueceu as instruções processuais", como a necessidade de criar plano de manejo, fazer consultas públicas e obter autorizações ambientais.

Perdendo tempo

Segundo a geógrafa Bertha Becker, o Brasil está perdendo tempo. "Na Europa, estão avançando nessa indústria sustentável e moderna. Esse papo [de só preservação] fica para nós. Estamos perdendo tempo", disse à Folha de S. Paulo.

Em 2008, ela e outros cinco cientistas produziram um documento que propunha uma "revolução científica e tecnológica" na região: em dez anos, com investimentos de R\$ 3 bilhões anuais, três institutos de pesquisa e duas universidades começariam a inventar formas de agregar valor a produtos locais e de inseri-los globalmente. "Até agora, não saiu nada. Mas deram mais dinheiro para bolsas de pesquisa na região."

Na mata densa, a economia pode ser turbinada com ecoturismo, serviços ambientais e extrativismo em cadeias produtivas para produzir fármacos, diz Roberto Smeraldi, da ONG Amigos da Terra e autor de "O Novo Manual de Negócios Sustentáveis" (2009).

Amazônia.org, 2/3/2010.

Meio Ambiente - Chuvas deixam rios do interior de Rondônia em alerta até abril

02/03/2010

Local: Porto Velho - RO

Fonte: Rondônia.org

Link: <http://www.rondoniagora.com.br>

Março e abril ainda podem trazer sustos para os rondonienses que vivem próximos aos rios do interior do estado, em municípios como Ji-Paraná e Pimenta Bueno, que já têm sofrido alagações nesse inverno amazônico. A previsão se deve à possibilidade das chuvas ficarem acima da média no sul do estado, segundo prognóstico dos meteorologistas do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), apresentado em reunião na última semana.

No encontro, representantes da CPRM, das Defesas Cíveis do estado e de Porto Velho, dos Consórcios construtores das Usinas do Madeira e das Secretarias Estadual e Municipal de Meio Ambiente discutiram no Sipam o clima e a correlação com a cheia dos rios neste mês de março. Devido ao fenômeno El Niño e também ao aquecimento das águas do oceano Atlântico sul, as chuvas devem se manter concentradas na região de Vilhena, aumentando o nível nas cabeceiras e em todo o percurso do rio Machado. Por isso, a Defesa Civil deve permanecer em alerta. Nesse ano, a CPRM registrou níveis acima dos máximos históricos nas estações de Ji-Paraná, onde o rio chegou a 11,4 metros, e em Pimenta Bueno, onde a régua de mais de 7 metros chegou a ficar totalmente submersa.

Madeira segue dentro da média

Já o rio Madeira, que banha a capital, chegou ao máximo de 14,35 metros até agora, número abaixo da cota de inundação, de 15,5 metros. Porém, o rio ainda poderá subir, refletindo as chuvas registradas na última semana e a previsão de precipitações acima da média na região de Cochabamba e Madre de Dios, na Bolívia. Para os especialistas, o Madeira deverá continuar subindo suavemente, mas se mantendo dentro da média. Segundo a Defesa Civil Municipal, 60 famílias já estão cadastradas desde dezembro para receber a assistência necessária em caso de desalojamentos.

Amazônia.org, 2/3/2010.

Meio Ambiente - Maré mais alta do ano alaga calçadas no centro comercial de Belém

02/03/2010

Local: Belém - PA

Fonte: O Liberal

Link: <http://www.oliberal.com.br/index.htm>

A maré mais alta de 2010 no Pará foi registrada no final da noite de ontem, às 23h26, segundo a meteorologia e o Banco Nacional de Dados Oceanográficos, do Centro de Hidrografia da Marinha. Porém, os 3,8 metros previstos por especialistas durante a semana que passou não chegaram a causar transtornos, embora alagamentos tenham sido causados no centro comercial da cidade, no entorno do Ver-o-Peso. Com a lua cheia e sem chuva, o fenômeno acabou atraindo a atenção de muita gente.

Os canais da Doca e da Tamandaré chegaram ao limite máximo, e por pouco não invadiram a pista. Na avenida Portugal com as travessas 15 de Novembro e rua João Alfredo, a água invadiu a pista, calçadas e deixou ambulantes em alerta, como dona Leila de Souza Barbosa, que precisou abandonar a banca de lanche porque a água da Baía do Guajará ultrapassou seu limite. 'Agora só volto pra lá (pro carro de lanche) quando a água começar a baixar, daqui a umas três horas', avisou.

Nesta segunda-feira, a maré deve atingir 3,7 metros por volta das 11h54, quando deverá alcançar sua altura máxima. Em alerta, meteorologistas afirmam que, em caso de uma chuva forte nesse horário, os riscos de alagamentos nos pontos críticos devem ser levados em consideração, sobretudo em áreas próximas aos 68 canais existentes em Belém e em sua Região Metropolitana.

Amazônia.org, 2/3/2010.

## Meio Ambiente - Cientistas depõem sobre escândalo do clima

O cientista no centro da controvérsia conhecida como "climagate" admitiu ontem que alguns e-mails que escreveu, roubados e vazados pela internet, foram "bem rudes". Phil Jones, chefe da Unidade de Pesquisa Climática da Universidade de East Anglia, no Reino Unido, fez esse comentário diante de um comitê de parlamentares britânicos após ter sido pressionado a explicar por que dissera que não divulgaria dados para um cético do clima "porque tudo o que ele quer é encontrar algo errado neles". Os parlamentares ouviram que em julho de 2009 a unidade climatológica de East Anglia foi "inundada" por 61 solicitações de informação feitas por céticos, em comparação com duas ou três no ano anterior. "Nós não somos um arquivo nacional, mas uma unidade de pesquisas", justificou o vice-chanceler de East Anglia, Edward Action - FSP, 2/3, Ciência, p.A20; O Globo, 2/3, Ciência, p.30; OESP, 2/3, Vida, p.A18.

Manchetes Socioambientais, 2/3/2010.

## Meio Ambiente - Proteger baleias combate efeito estufa

Cientistas dos Estados Unidos disseram que proteger as baleias pode evitar que milhões de toneladas de gás carbônico acabem indo parar na atmosfera - algo que intensifica o efeito estufa.

Segundo os estudiosos da Universidade do Maine, um século de caça às baleias no mundo pode ter liberado para a atmosfera mais de 100 milhões de toneladas de gás carbônico.

As baleias estocam este gás em seus corpos gigantes e, quando são mortas, grande parte da substância pode ser liberada.

Para o cientista Andrew Pershing, que calculou a estimativa, baleias são as "florestas do oceano" e protegê-las pode ter impacto semelhante ao de programas de reflorestamento.

"Baleias, como qualquer animal ou planta do planeta, são feitas de muito carbono. E quando você mata e remove uma baleia do oceano, está removendo gás carbônico deste sistema de estocagem e possivelmente enviando para a atmosfera", disse.

Lâmpadas - Pershing destaca que, principalmente no início da caça à baleia, os animais eram fonte de óleo para lâmpadas, que era queimado e liberava o gás carbônico diretamente na atmosfera.

Para conseguir chegar à estimativa de emissões causadas pela caça à baleia, o cientista e sua equipe do Instituto de Pesquisas do Golfo do Maine calcularam a capacidade anual de estocagem de gás carbônico dos cetáceos, enquanto elas cresciam.

Em seus cálculos iniciais, a equipe estimou que cem anos de caça liberou uma quantidade de gás carbônico equivalente à queima de 130 mil quilômetros quadrados de florestas temperadas.

Pershing destacou que esta quantidade ainda é relativamente pequena quando comparada aos bilhões de toneladas de gás carbônico produzidas pela atividade humana a cada ano.

Programa de reflorestamento - Pershing acrescentou que simplesmente deixar grandes grupos de baleias crescerem, pode "sequestrar" o gás de efeito estufa em quantidades que podem ser comparadas às de alguns programas de reflorestamento que ganham e vendem créditos de carbono.

"Quando as baleias morrem (por causas naturais), seus corpos afundam, então elas levam o gás carbônico para o fundo do oceano", disse. "Se o lugar onde elas morrem é fundo o bastante, será estocado fora da atmosfera, talvez por centenas de anos."

O cientista sugeriu ainda que um sistema parecido de créditos de carbono pode ser aplicado a baleias para proteger e aumentar os números destas populações.

"Você poderia usar estes créditos como um incentivo para reduzir a pesca ou promover a conservação de algumas destas espécies", acrescentou, afirmando que a ideia dos créditos de carbono pode ser aplicada também a outros animais marinhos como tubarões brancos e atum.

Os pesquisadores da Universidade do Maine revelaram suas estimativas de liberação de carbono pela caça às baleias na reunião Ciências do Oceano, em Portland, Estados Unidos. (Fonte: Folha Online)

Ambiente Brasil, 2/3/2010.

Meio Ambiente - Resíduo tecnológico preocupa

Falta de política que oriente tratamento do lixo eletrônico faz com que material polua o meio ambiente

Edição de 2/3/2010

Os restos de televisão, aparelhos de som e monitores de computador espalhados pelas esquinas, canais e terrenos baldios de Belém deixam claro que a capital se enquadra entre as cidades que passam pelo fenômeno da febre de consumo sem saber lidar com a quantidade de lixo que esse tipo de comportamento produz. O chamado resíduo ou lixo eletrônico, caracterizado, principalmente, pela troca de antigos equipamentos por equipamentos mais modernos, é hoje uma séria ameaça à saúde pública.

Em qualquer lugar que for descartado, seja nos lixões legalizados ou nas esquinas das ruas e beiras de canais, esse tipo de utensílio libera elementos como mercúrio, cádmio, berílio e chumbo, todos altamente nocivos para a saúde humana. Especialistas ouvidos pela reportagem garantem que a falta de uma regulamentação legal é o principal entrave para que esse tipo de material receba um destino adequado.

"Na ausência de uma legislação que regulamente a coisa em todo o País, cada Estado corre contra o tempo para criar sua própria política voltada para o assunto. Sendo assim, corremos o risco de ter 27 leis diferentes sobre o assunto. Já pensou a loucura que seria?", argumenta o diretor de Responsabilidade Socioambiental da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), André Luis Saraiva.

Assim como a regulamentação, falta também informação e opções sobre como e onde armazenar o lixo eletrônico gerado dentro de casa. Numa rápida abordagem, a reportagem constatou que, de dez pessoas entrevistadas na avenida Nazaré, apenas duas demonstraram preocupação com o destino dado a esse tipo de material. Todas elas, no entanto, apontaram a falta de opção de locais adequados como principal motivo para que uma quantidade tão grande de lixo tecnológico seja despejado pelas ruas da cidade.

A Prefeitura de Belém, por meio da Secretaria Municipal de Saneamento (Sesan), informa que não é de responsabilidade dela o recolhimento desse tipo de material. Segundo o órgão, as empresas que hoje produzem pilhas e baterias têm a obrigação legal de garantir o recolhimento desse material tão logo chegue ao fim seu tempo de vida útil. Quanto ao chamado lixo eletrônico, o aterro sanitário do Aurá continua sendo o destino para todo entulho recolhido pela prefeitura ou descarregado por empresas especializadas.

Pilhas e baterias exigem atenção especial

Mais perigoso que o lixo tecnológico são as substâncias liberadas por pilhas, baterias e afins descartados pela população junto ao lixo doméstico. Segundo a Abinee, o Brasil produz hoje cerca de 800 milhões de pilhas secas (formada por zinco-carbono) e alcalinas (composta, basicamente, por hidróxido de potássio ou de sódio-zinco). Em Belém, são raros os pontos onde é possível descartar esse tipo de material. Em geral, o lixo colocado na porta de casa é o destino mais comum para esse tipo de objeto.

Num dos pontos de coleta de pilhas e baterias, na agência do Banco Real da avenida Nazaré, cerca de 250 unidades, entre pilhas e baterias, são arrecadadas mensalmente. Bem ao lado, numa farmácia da rede Pague Menos, uma coleta de pilhas, plástico que armazenam medicamentos e vidro foi montada. "Como ainda não fechamos o mês da coleta, fica difícil falar sobre quantidade. Mas a procura tem sido intensa e, apesar da pouca divulgação do ponto, muita gente acaba sabendo por outras pessoas sobre a iniciativa", explica a gerente da farmácia, Karina Miranda.

A dona de casa Ivone Silva foi à farmácia para descartar três pilhas que guardava em casa. O pouco estudo, segundo ela, não permite um entendimento mais preciso sobre as

consequências de jogar esse tipo de material no lixo comum. A única coisa que ela entende é que um erro gera outro. "A única coisa que entendo é que o material que possui aqui (na pilha) pode comprometer a saúde de várias pessoas, inclusive do meu próprio filho. Por isso eu procuro andar um pouco para jogar a pilha no lugar certo. Assim todo mundo ganha", complementa.

O estudante Milton Fernandes segue os mesmos passos. Consciente de que as pilhas são dotadas de substâncias que comprometem o organismo humano, ele alerta: "É necessário criar mais pontos como esse (de coleta seletiva) na cidade. Muitas vezes o cidadão até que não tem a intenção de jogar pilhas e baterias no lixo comum, mas acaba fazendo isso porque não tem outra opção", opina.

Estudos recentes mostram que uma pilha pode levar séculos para se decompor na natureza. Pior que isso é saber que os metais pesados nunca se degradam. Em contato com a umidade, água, calor ou outras substâncias químicas, os componentes tóxicos vazam e contaminam tudo o que estiver ao alcance, especialmente o solo, a água, as plantas, os animais e as pessoas. Numa região como Belém, onde as chuvas são constantes, as substâncias liberadas pelas pilhas e baterias descartadas irregularmente unem-se à água e penetram no solo até as águas subterrâneas, atingindo córregos e riachos. Num efeito dominó, a água contaminada atinge a cadeia alimentar humana por meio da produção agrícola ou do consumo direto.

Mercado pirata coloca as autoridades sanitárias em alerta

Outro problema que tem despertado a atenção das autoridades sanitárias e das instituições regulamentadoras é o comércio de pilhas piratas no Brasil.

De acordo com informações da Abinee, cerca de 40% das pilhas vendidas no País são ilegais. Fabricadas com teores de metais pesados - cádmio, chumbo e mercúrio - até sete vezes superiores aos permitidos pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), as pilhas irregulares, de uso doméstico, vazam com facilidade e oferecem ainda mais riscos à saúde.

Segundo a resolução 257/99 do Conama, desde 1º de janeiro de 2000, pilhas e baterias fabricadas, importadas e comercializadas no Brasil devem ter até 0,025% em peso de mercúrio, até 0,025% em peso de cádmio e até 0,4% em peso de chumbo quando forem do tipo zinco-manganês e alcalina-manganês, comumente usadas em rádios, brinquedos, câmeras, calculadoras e telefones. A mesma resolução determina que, desde janeiro de 2001, os padrões devem ser ainda menores: respectivamente 0,01%, 0,015% e 0,02%.

Dicas

Colocar pilhas na geladeira não aumenta a carga, ao contrário, quando expostas ao frio ou calor o desempenho pode piorar;

Na hora de trocá-las em um equipamento, substitua todas ao mesmo tempo;

Retire-as se o aparelho for ficar um longo tempo sem uso, pois podem vazar;

Não misture pilhas diferentes (alcalinas e comuns; novas e usadas). Isso prejudica o desempenho e a durabilidade;

Prefira as pilhas e baterias recarregáveis ou alcalinas. Apesar de custarem um pouco mais, têm maior durabilidade;

Guarde as pilhas em local seco e em temperatura ambiente;

Nunca guarde pilhas e baterias junto com brinquedos, alimentos ou remédios;

Não exponha pilhas e baterias ao calor excessivo ou à umidade. Elas podem vazar ou explodir;

Pelas mesmas razões, não as incinere e, em hipótese alguma, tente abri-las;

Nunca descarte pilhas e baterias no meio ambiente e não deixe que elas se transformem em brinquedo de crianças;

Evite comprar aparelhos portáteis com baterias embutidas não removíveis;

Compre sempre produtos originais;

Nunca use pilhas e baterias piratas.

Amazônia Jornal, Cidades, 2/3/2010.

Meio Ambiente - Sema descobre madeireira fantasma em Abaetetuba

Segunda-feira, 1/3/2010, 20h34

Fiscais da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) encontraram uma farmácia no endereço em que deveria funcionar a madeireira M.R.M. Dias, no município de Abaetetuba, a 103 km de Belém. Proprietários da farmácia afirmaram não conhecer nenhuma madeireira com este nome nas redondezas.

A equipe descobriu a empresa fantasma na última quinta-feira (26), quando foi ao município verificar a existência de produtos florestais no pátio da firma, que solicitou crédito de 600 metros cúbicos de madeira comprados do Estado do Amapá. Os fiscais acreditam que a compra de documentos "esquentaria" a madeira, que seria retirada ilegalmente do Pará.

A M.R.M. Dias foi bloqueada no sistema de Cadastro de Exploradores, Produtores e Consumidores Florestais (Ceprof), como resultado da Operação Ventania, iniciada pela Sema em janeiro deste ano.(Ascom/Sema)

Portal Diário do Pará, Pará, 2/3/2010.

Educação - Sobrou vaga: UFPA e UFRA farão novos vestibulares

Terça-feira, 2/3/2010, 8h

A Universidade Federal Rural da Amazônia vai realizar novo vestibular para preencher as 73 vagas que sobraram no processo seletivo de 2010. Segundo o coordenador da Comissão de Processo Seletivo da Ufra, Paulo Solto, o regimento da universidade prevê um novo vestibular caso haja vagas remanescentes. "Nós já estamos providenciando a feitura do certame, mas ainda não temos uma data definida", informa.

As vagas restantes são de cursos do interior do Estado, como os de zootecnia e agronomia em Parauapebas, e de agronomia em Paragominas. Em 2009, duas vagas não foram preenchidas. O coordenador atribui a sobra à educação do ensino médio. "O vestibular é um indicativo de como anda o ensino no país. Também houve sobra na Ufpa (Universidade Federal do Pará), o que ratifica que o ensino está ruim".

Na capital todas as vagas foram preenchidas, mas a faixa de zeros na prova de redação foi grande. "Há uma deficiência muito grande no preparo, principalmente na língua portuguesa. O que notamos é que o nosso alunado não está lendo e por isso não sabe nem começar uma redação", analisa o coordenador, que completa que não houve muita diferença entre alunos de escolas públicas ou privadas.

O diretor do convênio/3º ano do colégio Ideal, Raniere Mousinho, acredita que a proliferação de faculdades particulares colabora para a sobra de vagas. "Tenho cerca de 10 turmas de convênio com aproximadamente 600 alunos. Desses, apenas 150 buscaram universidades públicas, mas os 450 que sobraram já vêm com a cultura da faculdade particular". O diretor afirma ainda que este ano foi atípico e o processo seletivo deixou a desejar, o que levou muitos alunos a desistirem da prova.

#### UFPA

A Universidade Federal do Pará ainda não definiu se vai fazer um novo vestibular. Segundo informações da presidente da Comissão Permanente de Processos Seletivos, Marlene Freitas, está sendo elaborada uma proposta a ser apresentada ao Conselho Superior de Ensino e Pesquisa para ocupar as 951 vagas que sobraram na disputa do PSS 2010, "mas é muito provável que ocorra, porque o número de vagas é muito grande. Teve curso no interior em que foi aprovada apenas uma pessoa".

No ano passado, segunda a assessoria UFPA, cerca de 313 vagas não foram preenchidas e, por conta disso, foi realizado um novo vestibular. Segundo Marlene, será avaliado se as vagas disponibilizadas em um novo vestibular serão dos mesmos cursos, mesmos campus, entre outros fatores.

Para o coordenador pedagógico do Centro de Processo Seletivo (Ceps), Joaquim Maia, a sobra está se tornando um fenômeno. Segundo ele, da segunda para a terceira etapa a universidade estimava uma sobra de 500 vagas. "A universidade tem que repensar a oferta, verificar os cursos, o perfil de cada um e o local onde ele está sendo implantado".

Grande parte dos cursos com sobra de vagas é do interior do Estado, como o de Física em Marabá e o de Ciências Sociais em Breves. O Ceps não soube precisar todos os cursos com vagas não preenchidas e ainda não fez um levantamento do perfil dos alunos que fizeram as provas.

Maia avalia também que a preparação dos alunos e o sistema de cotas colaboraram para o ocorrido. "Na segunda fase muita gente foi cortada, porque já tinha zerado quatro disciplinas, sem contar com o nível da prova", diz ele, que avalia que o nível foi mais alto.

Portal Diário do Pará, Pará, 2/3/2010.

**Universidades federais ainda têm 45% das vagas**

2/3/10 - 9h48 - Atualizado em 2/3/10 - 9h50

#### Da Agência Estado

A terceira e última etapa de inscrições no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) para instituições federais de ensino superior começou ontem com quase metade das vagas ainda disponíveis. Das 47,9 mil oferecidas, sobraram 21.701 vagas (45,3% do total) após duas rodadas de matrículas em todas as 51 instituições que participam da seleção. As inscrições no site vão até amanhã e os resultados serão divulgados na sexta-feira. Pela primeira vez a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é usada como forma de seleção unificada para parte das universidades federais.

O Ministério da Educação (MEC) atribuiu o fenômeno à falta de compromisso social de muitos estudantes, que teriam feito a inscrição no sistema online mesmo sem a intenção de se matricular nos cursos. Segundo a pasta, o baixo índice de matrículas confirmadas surpreendeu, pois o mesmo sistema é utilizado há alguns anos no Programa Universidade Para Todos (ProUni) sem que tivesse havido um número significativo de inscrições não confirmadas.

Porém, o MEC ressaltou que não haverá vagas ociosas porque foi instituída uma lista de espera após a terceira etapa. Candidatos não aprovados ao fim desta fase podem confirmar que mantêm o interesse na vaga que disputaram e entrar para a lista de espera.

Mesmo com poucos alunos matriculados, a maioria das instituições decidiu manter o calendário acadêmico. As aulas para o curso de Educação Física da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) começaram oficialmente ontem no câmpus de Santos com apenas 12 estudantes matriculados - ainda há 36 vagas abertas. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo .

Portal G1, Brasil, 2/3/2010.

Cultura - Programação especial comemora Dia Internacional da Mulher no Pará

02/03/2010

Local: Belém - PA

Fonte: Agência Pará

Link: <http://www.agenciapara.com.br>

O governo do Pará, por meio da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh), realizará diversas ações pelo Dia Internacional da Mulher. O início das comemorações é marcado pelo lançamento do I Plano Estadual de Políticas para as Mulheres (IPEPM), dia 4, no Teatro Estação Gasômetro - Parque da Residência. No dia seguinte (5), a governadora receberá em um café da manhã representantes de movimentos sociais.

No domingo (7), o palco será a Praça da República, onde o Mutirão de Serviços reúne diversos órgãos e secretarias que realizarão atendimentos em saúde, falando sobre doenças sexualmente transmissíveis (Sespa e Hemopa) e esclarecimentos jurídicos (Defensoria Pública e Delegacia da Mulher).

A emissão de documentos do Projeto Cidadania (Sejudh) completará as atividades do dia com uma programação cultural, incluindo apresentações de artistas locais (mulheres) para animar o dia. Informações e orientações diversas serão fornecidas pela Seduc, Funpapa, Susipe, CEDM, Maria do Pará CPDM, Gempac e Marcha Mundial das Mulheres.

No Dia Internacional da Mulher a comemoração começará com o Arrastão da Mulher, animado pelo Arraial do Pavulagem, em uma caminhada com saída do CAN e chegada na Assembleia Legislativa, para audiência pública com os parlamentares. No percurso, serão exibidas faixas formando um mural de crimes contras as mulheres, forma de protesto contra violência.

#### Programação

Plano Estadual de Políticas para as Mulheres (IPEPM)

Dia: 4/3/2010 (quinta-feira)

Local: Teatro Estação Gasômetro - Parque da Residência - Magalhães Barata, 830.

Hora: 09h

Mutirão de Serviços

Dia: 7/3/2010 (domingo)

Local: Praça da República

Hora: 8 às 12h

Caminhada do Dia Internacional da Mulher

Dia: 8/3/2010 (segunda-feira)

Local: Saída da Praça Santuário de Nazaré

Hora: 8h

A mulher na política e suas conquistas

Dia: 8/3/2010 (segunda-feira)

Local: Auditório da Faculdade Ideal

Hora: 18h

Roda de conversa

Dia: 10/3/2010 (quarta-feira)

Local: Auditório da Sejudh

Hora: 09h

Combate ao Câncer

Dia: 10/3/2010 (quarta-feira)

Responsável: Sespa

Um dia de beleza  
Dia: 10/3/2010 (quarta-feira)  
Local: Sesc-Doca  
Hora: 14h

Encontro com a ministra Dilma Rouseff  
Dia: 11/3/2010 (quinta-feira)

Um dia de cinema  
Dia: 12.03.2010 (sexta-feira)  
Local: Cine Olímpia  
Hora: 14h  
Responsável: Susipe

Cultura - Líbero Luxardo para de exibir películas

Terça-feira, 2/3/2010, 8h34

As exibições regulares e sessões especiais do Cine Líbero Luxardo estão paralisadas mais uma vez para a manutenção do projetor alemão Kineton, que já havia apresentado problemas no último mês de setembro. Em uso desde 2006, o projetor de filmes em película 35 mm só poderia receber manutenção oficialmente por empresa especializada, localizada em São Paulo. Porém, Segundo Augusto Pacheco, gerente do Cine Líbero Luxardo, a manutenção será realizada aqui mesmo em Belém, por um técnico local, que ele não pôde revelar o nome nem a procedência profissional, mas garantiu que tem habilidade técnica para realizar a manutenção. A falta de cuidado com vistas à conservação e bom funcionamento do Kineton provoca imperfeições não só na projeção do vídeo, mas afeta também o áudio da película. O sistema de som fica invariavelmente comprometido quando há problemas na imagem, já que é um sistema integrado. “Quando a projeção é afetada pela falta de manutenção, o Dolby Surround acaba desregulando também. Inevitavelmente afeta as ondas de transmissão sonora”, diz o gerente. “O Kineton é um equipamento sensível e caro”, diz.

“Estamos tentando uma parceria com o governo do Estado e com empresas para que esse problema seja resolvido. Não é uma situação fácil, estamos passando por uma fase de substituição do sistema [de projeção] de película para o digital, um período de transição no mundo todo. O tempo vai suplantar a película, é um processo lento”, diz o gerente.

O Kineton custa atualmente R\$450 mil e a substituição deste equipamento bem como a troca do sistema de projeção para o modelo digital, não estão previstas pela Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves. “Os nossos técnicos fazem apenas a projeção e alguns serviços, como emendas de rasga, montar e desmontar as películas nas bobinas para poder passar, limpar quando está sujo. A manutenção tem que ser feita por um técnico específico”.

De acordo com Augusto Pacheco, as atividades serão normalizadas em abril. Ele garante ainda que as exibições em DVD continuarão sendo feitas normalmente em março.

Portal Diário do Pará, Você, 2/3/2010.

Cultura - Legado incalculável

2/3/2010

Por Fábio de Castro

Agência FAPESP – “José Mindlin deixou um legado incalculável para a cultura e a ciência”, disse Celso Lafer, presidente da FAPESP, a respeito do bibliófilo e empresário morto no domingo (28/2), em São Paulo, de falência múltipla de órgãos. Mindlin estava internado desde janeiro.

Advogado, membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) e fundador da indústria de autopeças Metal Leve, Mindlin teve também atuação importante como conselheiro da FAPESP (1973-1974) e como secretário de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo (1975-1976).

Como conselheiro da FAPESP, teve participação importante na anulação de um decreto que havia transformado os institutos de pesquisa em empresas.

“A transformação de todos os institutos em companhias era coisa que não fazia sentido, porque há institutos que podem vender serviços e por isso devem ser transformados em empresas, enquanto outros fazem pesquisa e não têm condições de vender serviços”, disse Mindlin no livro FAPESP – Uma História de Política Científica e Tecnológica.

Segundo Lafer, como secretário de Estado, Mindlin teve a FAPESP sob sua responsabilidade administrativa. “Nesse período, ele teve um papel importante na indicação do professor William Saad Hossne para sua segunda gestão como diretor científico da Fundação. Foi um período difícil do ponto de vista político, com as dificuldades impostas pelo regime militar, e o professor Saad, em conjunto com Mindlin, responderam a esse desafio preservando a autonomia da FAPESP”, disse.

Em sua gestão à frente da secretaria, Mindlin realizou, com muita propriedade, o diálogo entre a cultura literária e humanística e a cultura científica. “Era justamente um homem de cultura, mas um homem de grande interesse nas áreas de ciência e tecnologia. Na Metal Leve, uma de suas preocupações foi a criação de um centro de pesquisas. A empresa se notabilizou no cenário industrial do Brasil por fazer pesquisa em parceria com a universidade”, disse Lafer.

Mindlin também teve atuação relevante, no campo científico, durante o período em que dirigiu o Departamento de Ciência e Tecnologia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). “Em sua atuação empresarial ele deu muito destaque à pesquisa, como também ao design – que é uma dimensão importante não só do ponto de vista da funcionalidade e da qualidade do produto, mas também de sua aparência estética”, apontou Lafer.

Carlos Henrique de Brito Cruz, diretor científico da FAPESP, também destacou a contribuição de Mindlin para a Fundação e a importância de sua atuação no campo cultural e científico. “Mindlin foi um grande amigo da FAPESP, valorizando a ciência, a tecnologia e a cultura em vários cargos de liderança que ocupou. Em várias ocasiões contribuiu para a Fundação com ideias e sugestões”, afirmou.

Brito Cruz lembrou ainda o impacto da doação, em 2006, dos mais de 40 mil volumes da Biblioteca Guita e José Mindlin à Universidade de São Paulo (USP). “Recentemente a FAPESP concedeu apoio expressivo para que a USP realize a digitalização dos volumes recebidos de Mindlin em doação, em importante iniciativa para a publicização daquela belíssima coleção”, disse.

Universalização do conhecimento

A FAPESP apoiou, por meio da modalidade Auxílio à Pesquisa – Regular, o projeto Brasileira Digital, que disponibilizará pela internet, com acesso livre, toda a coleção reunida por Mindlin ao longo de mais de 80 anos, além de outros acervos da USP.

Os recursos permitiram a compra de um sistema integrado de digitalização robotizada de livros que, atualmente, está instalado na residência do empresário. Ali, os técnicos da universidade continuam o trabalho de digitalização.

Segundo o coordenador da Brasileira Digital, Pedro Puntoni, professor do Departamento de História da USP, a base da iniciativa é o projeto Brasileira USP, coordenado por István Jancsó, do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP. Para abrigar o acervo doado por Mindlin e a nova sede do IEB, a Brasileira USP está construindo um edifício com cerca de 20 mil metros quadrados no centro da Cidade Universitária, em São Paulo.

“Estamos sentindo muita falta do doutor Mindlin e é muito triste que ele não possa ver pronta essa grande casa dos livros pela qual ele é responsável. Ele fará falta como amigo, como homem de cultura e como pensador, mas deixou para todo o Brasil um grande presente, ao qual sua memória estará sempre associada”, disse.

Segundo Puntoni, o objetivo é concluir as obras dentro de um ano. Está pronta a primeira etapa da construção, correspondente às estruturas de concreto da ala Mindlin. “A estrutura metálica está contratada e, assim que estiver pronta, passaremos à fase de acabamento. A ala do IEB ainda está na fase inicial da parte de concreto”, contou.

Puntoni acrescenta que, além das novas instalações da Biblioteca Brasileira e da digitalização de todo o acervo, existe um projeto associado que prevê a criação do Centro de Restauo de Livro e Papel Guita Mindlin, voltado para atender à demanda da USP para a formação de restauradores profissionais. “Com a criação desse espaço, queremos formar um centro de convergência de múltiplas disciplinas em torno do objeto livro”, afirmou.

No fim de abril, segundo Puntoni, a partir de uma proposta de Mindlin, a USP, em parceria com o Ministério da Cultura (Minc), promoverá um simpósio internacional sobre políticas de acervos digitais que trará ao Brasil grandes nomes do universo da digitalização de livros.

“Sua ideia era criar um ambiente acadêmico e cultural de discussão de temas como o direito à cultura, direitos autorais e sustentabilidade de projetos, convergindo para a formação de uma política pública de digitalização de acervos”, afirmou.

#### Tradição e modernidade

João Grandino Rodas, reitor da USP, conta que o empresário e sua esposa Guita Mindlin – morta em 2006 – foram estudantes da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (FD-USP), onde se conheceram. Rodas, que foi diretor da faculdade entre 2006 e 2009, lembra que Mindlin e Guita se notabilizaram como alunos exemplares da universidade.

“Se olharmos para os 192 anos da Faculdade de Direito, ele certamente se destaca entre nomes como Rui Barbosa e o Barão de Rio Branco. Mindlin foi um desbravador em vários aspectos. No que diz respeito à herança deixada à USP, trata-se de um legado imenso, mas ainda maior é a ideia, por ele plantada, de que a universidade precisa juntar tradição e modernidade”, disse Rodas.

A tradição, segundo o reitor da USP, só é importante se for distribuída a todos – e isso só é possível com a tecnologia. “Mindlin reuniu todos esses livros e criou um tesouro incalculável. É preciso considerar o valor de cada obra e o valor de ter juntado essas obras. Mas seu pensamento vai além: ele pensava na digitalização dessas obras para que elas possam ser universalizadas. Aceitamos essa ideia imaginando que isso não se devesse circunscrever simplesmente à Biblioteca Brasileira”, disse.

Segundo ele, a digitalização de bibliotecas é uma tendência moderna, ainda pouco disseminada no mundo. “Mindlin nos mostrou a necessidade de digitalizar todo o acervo da USP, em suas 41 unidades, que não pode ser confinado entre quatro paredes e limitado à consulta em horário útil”, destacou.

Outro aspecto importante da contribuição de Mindlin, segundo Rodas, foi o esforço feito durante 15 anos para conseguir que a USP aceitasse a doação de seu acervo.

“Percebemos que nas universidades públicas brasileiras geralmente é extremamente difícil a doação de acervos particulares. Isso não pode continuar. Verificamos que hoje, no mundo, várias bibliotecas recebem acervos importantes doados por brasileiros às universidades estrangeiras, porque não conseguem fazer o mesmo no Brasil. Mindlin foi pioneiro nesse aspecto. Graças a ele, esses procedimentos se tornarão mais fáceis”, disse.

“O que mais me encantou em Mindlin é que, além de todos esses aspectos, era uma pessoa extremamente simples, afável, agradável, que deixava a todos à vontade e com isso cativou a todos – esse é um legado imprescindível. Foi uma pessoa de estatura gigantesca que continuou simples como o mais comum dos homens”, disse.

Agência Fapesp, 2/3/2010.

### **Adeus ao homem que colecionava livros**

Terça-feira, 2/3/2010, 8h31

Morreu na manhã do último domingo, 28, o empresário e bibliófilo José Mindlin, de 95 anos, em São Paulo. Ele estava internado há um mês no Hospital Albert Einstein, sofreu falência múltipla dos órgãos e foi enterrado no cemitério israelita de Vila Mariana. Mindlin era o maior colecionador de livros do Brasil e possuía uma das maiores bibliotecas particulares do país, com mais de 38 mil títulos reunidos desde que Mindlin tinha 13 anos. Parte de sua coleção foi doada pelo intelectual ainda em vida para a Universidade de São Paulo (USP).

Mindlin era membro da Academia Brasileira de Letras desde 2006. Marcos Vilaça, presidente da ABL, declarou luto de três dias na academia e manifestou seu pesar pela morte do membro ocupante da cadeira de número 29.

“Mindlin era um emblema do livro, tinha com ele uma relação orgânica. Lembro com saudade o dia em que estivemos juntos, com Evanildo Bechara, na inauguração do Museu da Língua, em São Paulo, e eu lhe fiz o convite para ingressar na Academia. Vamos sentir muito a sua falta”, disse em comunicado.

Filho de judeus ucranianos, José Ephim Mindlin nasceu em São Paulo no dia 8 de setembro de 1914. Formado em Direito, foi redator do jornal “O Estado de S. Paulo” entre 1930 e 1934. Atuou como advogado até o começo da década de 50, quando fundou a fábrica de peças automotivas Metal Leve S/A, da qual era presidente. Viúvo de Guita Mindlin, o empresário deixou quatro filhos, netos e bisnetos.

Personalidade atuante em diversos meios como o cultural, da educação, na economia, da política, da ciência e empresarial, José Mindlin publicou “Uma vida entre livros - reencontros com o tempo e memórias esparsas de uma biblioteca” e lançou um CD de poesia.

### **MÚSICA**

Outra perda que marcou o último fim de semana foi a morte do sambista carioca Walter Alfaiate. Ele morreu aos 79 anos, em decorrência de falência múltipla dos órgãos. Seu corpo foi enterrado em Botafogo, onde nasceu, viveu, trabalhou, compôs lindos sambas e cativava quem o ouvisse soltar a voz calorosa. Sobre o caixão, a bandeira da escola de samba Portela. Foi o grande intérprete da música de seu bairro - não por acaso o mesmo de seu amigo Paulinho da Viola, ambos portelenses.

O apelido Alfaiate, tão famoso quanto seu sorriso, é, claro, decorrente da atividade da qual tirava seu sustento. Ele sempre dizia que era preciso ter uma profissão, já que a vida de músico era incerta. Só que, com a queda da demanda por suas confecções, muitas vezes Walter passava as tardes no ateliê compondo sambas.

Portal Diário do Pará, Você, 2/3/2010.